

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**VERDADEIRAS QUESTÕES E FALSOS DEBATES SOBRE A HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL: INVISIBILIDADE DAS NARRATIVAS DOS EXCLUÍDOS.
ESTUDO DE CASO LOTEAMENTO SÃO SEBASTIÃO E JOEL NASCIMENTO, EM
ARACAJU/SE.**

JÉSSICA RODRIGUES DE JESUS

Jéssica Rodrigues de Jesus

**Verdadeiras questões e falsos debates sobre a habitação de interesse social:
invisibilidade das narrativas dos excluídos. Estudo de caso Loteamento São Sebastião e
Joel Nascimento, em Aracaju/SE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Autora: Jéssica Rodrigues de Jesus

Orientador: Prof.º Dr. Fernando Antônio Santos de Souza

Laranjeiras / SE

2021

Jéssica Rodrigues de Jesus

**VERDADEIRAS QUESTÕES E FALSOS DEBATES SOBRE A HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL: INVISIBILIDADE DAS NARRATIVAS DOS EXCLUÍDOS.
ESTUDO DE CASO LOTEAMENTO SÃO SEBASTIÃO E JOEL NASCIMENTO, EM
ARACAJU/SE.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Souza Martins Farias
Universidade Federal de Sergipe

Arquiteta M.^a Larissa Scarano Pereira Matos da Silva
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo [PPG-AU – UFBA]

Laranjeiras, SE

2021

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço-me, por ter persistido e por não ter desistido quando tudo estava extremamente difícil.

Agradeço também a minha avó e o meu pai que, apesar de não terem condições de me ajudar de outras formas, suas palavras me deram apoio para continuar.

Agradeço meu orientador Fernando, que me auxiliou e acreditou nesse trabalho.

Agradeço a minha companheira Ivana, que nos últimos anos esteve comigo e me ajudou de todas as formas, pois se não fosse por ela eu não teria chegado até aqui.

Por fim, agradeço a UFS, que apesar das dificuldades do início do curso – as quais me fizeram passar o dobro do tempo necessário para conclusão – foi essencial para a expansão de meu entendimento sobre diversos assuntos e impactou positivamente sobre minha formação intelectual, pessoal e profissional.

... desde muitos dos bem instalados nas elites, passando por boa parte dos acomodados nas classes médias, até vários dos condenados à pobreza e à miséria brasileiras, consolidam um discurso hegemônico cujos sentidos e efeitos são os de excluir excluídos e privilegiar privilegiados. Carlos Piovezani

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer o olhar da periferia em contraponto às visões burguesas e as ações do Estado. Discute a questão da habitação de interesse social em Aracaju/SE, a atuação do poder público junto à essa camada da população e a luta para adquirir uma moradia ao longo dos anos quando o governo atua contrariando os interesses dos mais necessitados. O trabalho pontua a história da habitação popular no Brasil, fazendo um apanhado geral e em seguida a ocupação inicial excludente na capital sergipana. É apresentando o discurso do poder público no sentido de verificar a atuação direcionada às comunidades carentes do município de 2016 até os dias atuais. Por último, trás uma abordagem empírica sobre a visão dos moradores sobre a sua condição habitacional nos dois dos assentamentos precários existentes e reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), apresentando suas histórias e seus principais desafios para serem inclusos na cidade “formal”. Constatando-se que a atuação municipal faz parte de um discurso tecnocrático burguês que não escuta a voz do povo, direcionando as políticas públicas de habitação de interesse social para interesses outros, diferentes das demandas das comunidades que sofrem as carências habitacionais do cotidiano.

Palavras-chave: Habitação social. Assentamentos. Autoconstrução. Discurso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	12
2.1 Brasil	13
2.2 Aracaju	21
3. PREFEITURA DE ARACAJU 2016/2021	36
3.1 Discurso	36
3.2 Ações	41
4. ESTUDO DE CASO	51
4.1 Loteamento Clandestino – Joel Nascimento	51
4.2 Assentamento Espontâneo - Ocupação São Sebastião	57
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE	73

1. INTRODUÇÃO

A cidade é vista como um espaço de atividades e transformações. As pessoas circulam, comunicam e modificam constantemente o ambiente urbano. São as chamadas relações sociais, que se caracterizam pela troca de ideias entre diversos atores, permeadas pela individualidade e difundidas pela conexão direta da atuação de cada um com o poder público que os representa. Sendo atribuição do poder público realizar nas cidades, sobretudo, a infraestrutura de diferentes lugares e espaços. Os padrões de investimentos são diversos e a força econômica é um dos fatores primordiais na tomada de decisões de empreendimentos específicos em uma cidade (SANTOS, 2019). Isso pode ser um problema quando se concentram em áreas de alta renda, sendo os investimentos bem elaborados e implementados, enquanto em outras áreas de classe baixa há pouca aplicação de recursos, concretizando-se nos espaços secundários no entorno da cidade formal.

Esses espaços secundários se caracterizam em locais esquecidos e em péssimas condições, o que ao longo do tempo passou a se normalizar, tornando-se cada vez mais comum. Em um país repleto de extrema desigualdade social, a classe trabalhadora mal detém condições financeiras de prover o seu sustento, portanto é quase impossível, para a maioria da população pobre, a aquisição de uma moradia no mercado imobiliário capitalista. Nesse cenário surgem os assentamentos precários, que se caracterizam pela posse informal da terra, falta ou insuficiência de infraestrutura, irregularidades no processo de planejamento urbano, falta de acesso aos serviços e casas construídas pelos próprios moradores sem apoio técnico e institucional, que apresentam graves problemas habitacionais. (MINISTÉRIO DAS CIDADES/Planhab, 2009).

Já o fenômeno da urbanização é contrastante em relação a proporção da população que vive na zona urbana, em detrimento da zona rural, como também as alterações nos grupos sociais, sejam elas de comportamentos ou da dinâmica das cidades, resultado dessa centralização de pessoas. A legislação urbana é um dos fatores que definem as condições ocupacionais e uso do solo, portanto, afeta o mercado de terras brasileiro. A legislação consiste em uma série de leis e decretos, estabelecidos nas três esferas do poder: federal, estadual e municipal, que atende aos interesses das elites e das corporações, deixando as periferias sem leis.

É sabido que desde os primórdios a voz do povo é apagada, abafada, esquecida ou desconsiderada. O discurso, a oratória, colocando em outras palavras, mas que se resume a fala e que toda a voz da gente pobre é a do “homem branco”, da classe dominadora, dos donos do poder, esse é o discurso que se leva em consideração. Para a sociedade, o pobre, o negro o analfabeto, o que não tem onde morar, sua voz de nada vale. Dentro da cidade, ocupam os lugares inadequados à moradia, aqueles lugares criminalizados, as favelas, as ocupações, povo visto como marginais.

As elites da política, da religião, do intelecto, sempre tiveram legitimidade para falar e sua voz considerada correta, formal e coerente. Nessa lógica de análise despontado que é um assentamento popular na voz da elite e o que é o espaço de moradia para o povo.

Antes e hoje a voz do pobre é levada ao silêncio, suas necessidades e anseios não enquadram nas prioridades da elite. Houve um tempo no Brasil com um governo popular que o povo tinha seu espaço de fala e que através de políticas públicas os mais pobres, os pretos conseguiram espaço na universidade, espaço antes ocupado pelos filhos dos ricos. A moradia é algo fundamental nesse processo uma vez que tira o peso da família de sempre correr atrás dessa conquista. Atualmente, essa demanda vem perdendo espaço e o Estado cada vez mais se abstendo da sua responsabilidade.

Existe a febre populista neoliberal que está ligada a globalização, seus efeitos preocupantes são percebidos na Europa, na América do Norte e da mesma forma na América Latina. Em toda parte do mundo, o populismo conquistou novos lugares e gerou novos receios. Em toda parte, aqueles que pretendem falar em nome do povo e para o povo, acabam roubando a cena e sequestrando suas vozes. O populismo nesse contexto é uma ameaça à diversidade, logo se tornando uma ameaça à democracia. (PIOVEZANI, 2020)

A desigualdade enraizada no país estimula a discriminação da fala popular, como, então, ter espaço de fala em um Estado conivente com a supremacia capitalista dominadora em que o capital se concentra nas mãos de poucos, que têm o poder do discurso, ao tempo em que o pobre continua mais pobre e sem voz, ainda mais quando tentam conquistar o espaço público. Portanto, é justamente a partir do sistema de negação e censura que se estabeleceu o método mais básico do populismo: calar o povo e falar em seu nome e em seu lugar.

“Estão vendo o que é o povo? Um imbecil, um analfabeto, um despolitizado!”
A cena, já inúmeras vezes ocorrida na história do Brasil, se tornou ficção numa

Terra em transe, sem deixar de ser realidade dura, triste e ainda frequentemente repetida. [...] O povo sou eu, que tenho 7 filhos e não tenho onde morar [...] (PIOVEZANI, 2020, p. 15/24).

O momento de lideranças que pactuam com o neoliberalismo, conservadorismo e ideologias reacionárias a voz e a escuta do povo tende a ser ainda mais sufocada, não é de interesse desse grupo ouvir o que o povo diz, os “intelectuais” descriminam sua “fala informal”.

O povo sabe transmitir sua mensagem, o povo sabe o que é “teto”, “chão”, “moradia”, não necessita ter formação para saber o que é necessidade, o povo é as 6 milhões de famílias que não têm onde morar, com uma renda mensal de até 1 salário-mínimo que mal compra uma cesta básica todo mês quem dirá uma casa. Sua voz historicamente está sendo apagada, o povo necessita de espaço, vez e oportunidades políticas.

Discurso é o que dizemos sobre a existência, coisas e fenômenos. A “coisa” a se tratar é habitação social, a habitação do povo pela voz do povo contrapondo ao discurso dos que falam em seu lugar, mas não em seu nome.

As construções que a prefeitura entende por habitações de interesse social que, ao longo do tempo, são cada vez mais empurradas para as margens da cidade formal, são erguidas de forma espontânea, em loteamentos irregulares, bem como também por políticas públicas de habitação. Dentro dessa conjuntura, pontos como regularização fundiária, infraestrutura e habitação são conceitos que são construídos dentro da organização pública, mas que diferem do que a população entende a respeito desses conceitos.

O que de fato é necessário fazer nas comunidades precárias e qual a visão das elites e do povo sobre a periferia? A burguesia vê os locais mais afastado da cidade como lugar de insegurança e criminalidade. O que de fato representa o sonho da casa própria que a população excluída tanto se orgulha em falar e a luta pela sua conquista? Qual o significado de habitar para cada um desses segmentos da população? Para quem são criados os programas de habitação? Tenta-se resolver o problema da população que realmente precisa ou da burguesia? Essas são algumas das questões que norteiam esta pesquisa.

Bolaffi (1979) coloca que, de todos os problemas enfrentados pela população, entre eles a dificuldade ao acesso à educação, saúde, trabalho e renda, a habitação recebeu o destaque de obstáculo.

Habitação popular é eleita pelo governo federal, em 1974, como “problema fundamental”. Que se tratou de uma decisão importante não o demonstram os decretos, os discursos, os relatórios ou outras manifestações oficiais daqueles anos, mas, sim, o fato de que o banco criado naquela época, com o objetivo manifesto de solucionar o problema da habitação, recebe em 1967 a gestão dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. (BOLAFFI, 1979, p. 42).

No Brasil, é possível encontrar tipos de assentamentos precários como favelas, palafitas, alagados, invasões entre outras, o setor privado entra nesse grupo com os loteamentos ilegais, irregulares e clandestinos (VIDAL, 2010), embora alguns desses loteamentos tenham suas casas em alvenaria e ruas de acessos traçadas, são loteamentos que estão fora da legalidade, faltando algum tipo de infraestrutura ou o seu bloqueio por falta de legalidade. Tal situação cria uma realidade cotidiana que não é conhecida de fato pela academia, mas recebe investimentos públicos, ainda que de forma reduzida, muito mais com o sentido de legitimar e ocultar uma situação de exploração do que de resolver a precariedade da habitação da população pobre que vive nas margens da cidade formal.

Em Aracaju, esses assentamentos surgiram logo após a mudança da capital, com a vinda de migrantes dos interiores em busca de oportunidades de emprego e das promessas de mudança de vida, intensificando as ocupações. Essa situação histórica, levanta mais questões. Como essas ocupações se configuram na cidade? Qual o posicionamento municipal? Ele é compatível com a realidade? Onde estão localizados? Qual a renda dessa população? Qual a etnia? Onde essas pessoas trabalham? Não pretendemos responder todas essas questões. Mas, com certeza elas servirão de orientação para delimitação do estudo de caso a ser desenvolvido nesta pesquisa.

O presente trabalho tem como **objetivo geral** conhecer o olhar da periferia em contraponto com as visões burguesas e as ações do Estado. Como os **objetivos específicos** busca-se: **1.** Analisar a dinâmica dos espaços menos favorecidos de Aracaju; **2.** Discutir sobre o discurso do poder público sobre as questões da habitação social; **3.** Analisar os agentes envolvidos na produção da cidade informal; **4.** Construir um conhecimento do cotidiano da habitação social.

A metodologia para elaboração do trabalho constitui-se dos métodos de revisão bibliográfica, pesquisas em sítios institucionais, pesquisa de campo, entrevistas, pesquisa nos jornais e sites locais. Foi preciso a leitura de atores que falavam sobre a habitação social e crise urbana nas periferias, sobre a política habitacional neoliberal que exclui as pessoas de baixa

renda. Os dados levantados sobre cada comunidade estudada servirão para compreensão do perfil populacional. Serão realizadas visitas de campo para realização de entrevistas com a população dos assentamentos, as visitas respeitarão os protocolos e distanciamento recomendados para enfrentamento ao COVID-19.

O trabalho está estruturado em 4 capítulos, o primeiro capítulo destinado a introdução. O segundo capítulo propõe mostrar o histórico excludente da habitação social no Brasil e em Aracaju dividido em dois subitens, mostrando que o Brasil está fadado a cometer os mesmos erros, sendo incapaz de ter uma política habitacional que supre o seu déficit habitacional. Já no item Aracaju não muito diferente do Brasil, exceto por ser uma cidade planejada que desde a sua fundação foi criada para a burguesia, já anunciada em seus códigos de postura em nos primeiros anos de sua existência, excluindo quem não se enquadrava no modelo da elite.

O terceiro capítulo destina-se a mostrar, com base na legislação municipal, as ações da prefeitura no período de 2016/2021, planeja-se mostrar toda a informação oficial divulgada pelos órgãos da prefeitura ou por jornais locais e sites de notícias. Como também pesquisar os planos de habitação, legislação pertinente. As ações realizadas pelo município serão pesquisadas junto à Diretoria de Habitação da Emurb, onde fomos estagiários.

O quarto capítulo vem apresentar os assentamentos Joel Nascimento e São Vicente, assentamentos reconhecidos pela prefeitura, o intuito é mostrar qualquer ação já feita nesses locais, conhecer o espaço do povo, sua relação com a cidade formal e buscar entender o que os levou a ocupar um terreno de praça ou aterrar o mangue e ocupar uma terra sem “dono”. Esses dois exemplos têm como intuito mostrar a ação da prefeitura junto a moradia social e contrapô-las à realidade habitacional desse segmento da população.

Na conclusão espera-se contribuir para a desconstrução das políticas públicas de habitação social em um contexto capitalista excludente. Nesse sentido, pretende-se resgatar o discurso oficial do poder municipal contrapondo-o ao entendimento do cotidiano da população que mora na periferia de Aracaju. Trata-se de um conhecimento crítico que deverá preencher lacunas no ensino acadêmico sobre a habitação popular. Assim, serão discriminados os problemas urbanos das periferias, elencando a real necessidade da população envolvida, bem como verificar-se-á o alcance das políticas públicas e seu papel na legitimação das ações da prefeitura de Aracaju.

2. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A multiplicação de moradia popular no Brasil que ocorreu de forma mais expressiva a partir de 1940 com a crise habitacional que teve início na mesma década, fez com que diferentes formas de habitar surgissem. As periferias começaram a ser ocupadas com a autoconstrução da casa e surgiram as favelas em todas as capitais brasileiras. Com o crescimento desordenado das cidades em todas as direções teve início uma maior demanda por serviços urbanos como: calçamento de vias, canalização de córregos, drenagem de brejos e várzeas, controle de enchentes etc. (BONDUKI, 1998).

A precariedade das moradias da população pobre começou a pressionar o Estado, dando início a ação pública no sentido de acabar com os efeitos negativos da habitação popular para a cidade das elites. Nesse momento, dava-se início ao discurso que escondia as verdadeiras questões da moradia popular, criando falsos debates. Nascia a habitação de interesse social apoiada na invisibilidade das narrativas dos excluídos. Tal situação permitia o direcionamento da questão da moradia popular para uma solução que beneficiava e continua até hoje beneficiando a manutenção da configuração formal da cidade das elites, bem como a indústria da construção civil e o mercado imobiliário.

Mesmo com planos urbanísticos e através de concessões públicas à iniciativa privada, a distribuição de água e esgoto crescia a um nível muito lento, não acompanhando a demanda necessária.

Frente à expansão da cidade, o poder público encontrou dificuldades - além de desinteresse, no caso dos bairros populares - para atender a tantas solicitações. Os problemas que mais preocupavam as autoridades eram os que as condições higiênicas das habitações, dado que no final do século foram inúmeros os surtos epidêmicos que atingiram as cidades brasileiras. Essa questão passou a receber tratamento prioritário do Estado e pode-se dizer que a ação estatal sobre a habitação popular se origina e permanece na Primeira República voltada quase que apenas para esse problema. (BONDUKI, 1998, p. 20).

Nessa época os cortiços eram o tipo de moradia mais comum na cidade de São Paulo. Porém algumas das habitações não se apresentavam desta forma, eram casinhas semelhantes às vilas operárias. A classificação dos higienistas nem sempre levava em conta as características

habitacionais das moradias construídas pela população. O fato de que essas moradias eram habitadas por trabalhadores de baixa renda, levou-as a serem adotadas como modelo para as vilas operárias, reproduzindo o modo de morar, em menor escala, das elites (BONDUKI, 1998). “A visão dos higienistas expressa a visão burguesa excludente e a necessidade de criação de aparelhos de dominação e modelagem do comportamento da população pobre.” (SOUZA, F., 2021, s/p comentários).

2.1 Brasil

O discurso oficial

No Brasil os cortiços eram considerados lugares horríveis, mas que com o salário muito baixo e a necessidade de mão de obra era inviável a construção de moradias melhores. A construção barata na época era uma exigência inerente aos negócios, uma vez que o nível salarial dos trabalhadores não permitia aluguéis elevados. Portanto, as unidades imobiliárias e as casas coletivas eram imprescindíveis para a reprodução da mão-de-obra a baixo custo, não podendo ser suprimidas e demolidas de acordo com a lei e a escala esperada dos higienistas. Esse conflito entre a legislação e a realidade nunca desapareceu devido aos níveis elevados de exploração da mão de obra e ao processo de produção de moradias baratas, especialmente, em São Paulo. Mesmo com as determinações da lei, não se podia cumprir a rigor as definições estabelecidas, pois isso deixaria a maior parte dos trabalhadores da cidade desabrigados, já que os cortiços era a forma mais barata de habitar.

Desde o século XIX, o Brasil vem enfrentando a falta de moradia para a classe trabalhadora. Até então, a questão da habitação do trabalhador era dominada pelo discurso dos higienistas, respaldados nos perigos que as moradias insalubres representavam para o resto da população, ao mesmo tempo em que as condições de saúde traziam prejuízos a capacidade de produção dos trabalhadores. Portanto, nesse momento, o problema da habitação era principalmente um problema de saúde, acarretando desta forma problemas econômicos (GRANDI; ALMEIDA; MOREIRA, 2016). Ressalta-se ainda que empresas nacionais e estrangeiras, influenciadas pelas experiências europeias de produção da habitação social, faziam pressão em busca de estímulos para a produção de moradias populares. Neste período, prevalece a ideologia liberal da produção habitacional e o Estado praticamente não opinava no mercado de habitação, exceto para isenções fiscais.

Nessa perspectiva, verifica-se que o discurso do poder público sobre a habitação de interesse social, como o conhecemos hoje, surge a partir da industrialização capitalista. É evidente a precariedade da vida dos trabalhadores das capitais brasileiras, especialmente em São Paulo, que se industrializava com maior velocidade. O mesmo sistema econômico capitalista que ganhava força não se preocupava em fornecer habitação a classe emergente de trabalhadores, passando ao Estado a responsabilidade de promover moradias. (PAOLINELLI, 2017). O Estado por sua vez, mesmo, reconhecendo a sua obrigação em garantir o direito à moradia tem interesse em cumprir.

Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem quer remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terra e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais tampouco quer o seu Estado. (ENGELS, 2015, quarta capa apud PAOLINELLI, 2017, p. 3).

Evidente ou não a incapacidade e falta de disposição do Estado em resolver o problema da moradia, de certo é que com o fim do século XIX e o começo do século XX, e sobretudo no período pós-Segunda Guerra, a política de habitação dos países centrais começaram a ter as primeiras intervenções do Estado que em última análise foram seguidas pelos países subdesenvolvidos. A destruição de cidades e a escassez de moradias após a guerra fortaleceram a estrutura da política advinda do Estado para o seguimento habitacional, que é considerado um elemento fundamental para garantir a reprodução do trabalho e a reestruturação econômica.

Como aponta Souza, F. (2018a), as cidades precisariam se adaptar ao novo cenário pós-Guerra, à expansão do setor industrial e se preparar para o crescimento e desenvolvimento em decorrência da ascensão de indústrias emergentes. Portanto, era preciso criar espaços para produção, circulação e consumo da produção em massa de mercadorias e moradias para os trabalhadores.

No Brasil, a intervenção do Estado só começou a acontecer depois da revolução de 1930. Teve início então os debates acerca de como planejar as cidades, isso causado por pressões dos trabalhadores e dos empresários, ficando evidente que o mercado privado não tinha capacidade de resolver o problema habitacional. Na medida que os aluguéis ficavam cada vez mais caros surgiam reivindicações dos trabalhadores por melhores salários. Com isso, a primeira iniciativa do governo brasileiro, foi a formação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), criado

por Getúlio Vargas em 1937, nesse momento surge a ideia de moradia como produto do Estado (MARICATO, 1997).

Os IAPs propunham o financiamento de construção de casas destinadas a aluguel (MOTTA, 2014; PAOLIONELLI, 2017; SOUZA, F., 2018b), o setor privado segue atuando na construção dessas novas casas, as novas moradias seriam destinadas apenas aos associados assalariados, não abarcando a parcela total da população. Simultaneamente, aponta Mota (2014) que o Estado começa a adoção de uma política de erradicação de favelas, e as questões que envolviam as favelas e seus moradores eram tratados como assunto de polícia o que acarretou inúmeros remoções.

Paolionelli (2017) afirma que está manobra nada mais foi que um incentivo indireto a casa própria e que os IAPs não tiveram uma parcela significativa na política habitacional do Brasil. O que vale reconhecer é que “Em suma, a questão habitacional é assumida pelo Estado e pela sociedade como uma questão social, dando início a uma ainda incipiente política habitacional no país.” (GRANDI; ALMEIDA; MOREIRA, 2016, p. 2).

O início da década de 40 é marcada pela promulgação do Decreto-lei do Inquilinato, que fez com que os aluguéis fossem congelados e a relação entre proprietários das casas e os locatários passou a ser regulamentada (BONDUKI, 1998), interrompendo a especulação sobre as propriedades alugadas, ação pouco atraente para os locatários. Essa estratégia se deu através de dois objetivos: mudar a direção do capital do sistema de aluguel da moradia para a industrialização e, simultaneamente, transferir os pobres e os trabalhadores dos centros urbanos para as áreas periféricas. Isso porque com o desenvolvimento de atividades de transporte público que se baseava no ônibus “além da estrada de asfalto”, cada vez mais os loteamentos se afastavam da malha urbana o que logo levou a autoconstrução da moradia na periferia a ser o único meio dos pobres urbanos adquirirem uma casa para morar (PAOLIONELLI, 2017).

Entretanto, o que consagra a política de habitação durante a era populista foi a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946, e mesmo que seus resultados não tenham sido tão expressivos, financiando 16.964 habitações durante seu período de existência (MARICATO, 1997). Foi a primeira instituição nacional a promover habitação para os pobres, com um discurso ambicioso, prometia atuar no subsídio da habitação, infraestrutura, saneamento, indústria de materiais de construção, pesquisa habitacional mensurando o seu déficit e até mesmo treinamento técnico aos servidores municipais. Maricato, 1997, afirma que existiu na verdade nesse plano muita imprecisão, promessas e pouca atuação e devido à

reduzida oferta de moradias para aluguel, o mercado privado não respondia à demanda por moradias, nem o Estado cumpria seu discurso de resolver o problema. As alternativas encontradas pela população trabalhadora e pelos pobres que se deslocavam para as cidades incessantemente, liberaram os capitalistas e o Estado da resolução do problema.

A FCP se tornou inoperável. Recebendo tantas funções se tornou incapaz de implementá-las, pois, faltava recursos e força política. Falta ainda respaldo legal, logo fazendo com que o Governo Federal diminuísse suas atribuições, em 1952 (MOTTA, 2014).

Desta forma, o período que começa com a FCP estabelece a era da solidificação das opções por políticas habitacionais apoiada na iniciativa privada. “O sonho de ter uma casa” surge como meio a estabilidade política foi a força motriz da industrialização e do proletariado do Brasil. A FCP trazia alguns fatores importantes que mais tarde seguiriam reformulados e com mais sucesso posteriormente e que até hoje norteiam as políticas habitacionais são elas: produção da habitação dominada pelo capital privado, mesmo com subsídio do Estado; acesso a financiamentos extensos, já que uma camada da população antes excluída do mercado o tornava solvável; difusão da propriedade privada, mesmo nos grupos mais pobres dos trabalhadores; habitação como estratégia de minimizar os impactos econômicos deixados no período anterior e como motor da industrialização (GRANDI; ALMEIDA; MOREIRA, 2016).

Logo o fraco desempenho da FCP frente ao déficit habitacional que vinha se acumulando historicamente, alavancou a construção de habitações de baixo custo por seus próprios moradores o que ampliou a segmentação entre a cidade formal e a cidade informal (SOUZA, F., 2018b), que “junto ao trabalho, a casa própria se tornou fonte de legitimação social, diferenciando o ‘trabalhador’ do ‘vagabundo’, mesmo entre os próprios pobres” (HOLSTON, 2013 apud PAOLIONELLI, 2017, p. 6).

Em 1964, ocorreu o golpe militar e com isso a FCP foi extinta. Nesse momento, a ideia de política urbana que se instalou no governo militar, baseava-se no planejamento para solucionar o “caos” urbano e uma tentativa inútil de controlar o crescimento das favelas e ocupações informais. Nesse contexto, a ideologia da casa própria ganhou posição central, e com a moradia popular sendo escolhida como problema prioritário a ser resolvido, combinando atitudes políticas conservadoras e interesses populares. É nesse clima que o Plano Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) foram formulados, além das intervenções diretamente ligadas à habitação. O BNH buscava promover o desenvolvimento econômico através de: geração de empregos e fortalecimento do setor da construção civil, e

principalmente, controlar as massas e garantir a estabilidade social. (MOTTA, 2014; PAOLIONELLI, 2017; BOLLAFFI, 1979). Paolionelli (2017) afirma que as políticas habitacionais não foram formuladas em conjunto com as estratégias de política urbana, o que agravou ainda mais a segregação socioespacial dos centros urbanos, tornando-se apenas mais uma forma de garantir a mobilização de recursos para o setor da construção civil e, ao mesmo tempo, trouxe credibilidade ao governo golpista junto à população.

A política habitacional daquele período concentrava-se na produção habitacional, em projetos de infraestrutura e questões da cidade legal (formal), ignorava-se as necessidades e questões da cidade real, que abrangia a cidade “ilegal”. Portanto, desde 1964, as ações públicas orientadas para as favelas e vilas são reprimidas. Movimentos e associações sociais foram impedidos de atuar e jogados a ilegalidade, moradores de favelas, ocupações e associações foram novamente vistos como um problema policial. (MOTTA, 2014).

Posteriormente, em 1967, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado e com isso uma estratégia de intervenção na questão habitacional, na qual o FGTS e os recursos da poupança voluntária formariam o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que subsidiaria o sistema habitacional brasileiro por meio do BNH e de uma rede de agentes financeiros públicos e privados. A rede possibilitaria atuar no setor habitacional por meio de recursos estáveis, permanentes e independentes da turbulência política (SOUZA, M; HOFF, 2019).

Contudo, com o BNH, o entendimento da habitação social voltava a ser pautado na perspectiva capitalista. O déficit habitacional deveria ser enfrentado por meio do mercado, deixando de fora as pessoas que mais precisavam, na medida em que não podiam suportar os custos da moradia. O BNH e suas intervenções nada mais foram que, prioritariamente, uma ferramenta de reduzir conflitos pela terra urbanizada, conceder títulos individualizados para a propriedade da terra e materiais de construção para a melhoria habitacional, pode-se concluir que com o plano BNH o “debate e o pensamento hegemônico sobre a habitação social foram focados na atenuação do conflito sobre terra, na dinamização da indústria da construção civil e na geração de empregos para uma parcela importante da população, sem alternativas de trabalho” (SOUZA, F., 2018, p. 7)

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) vinculado ao FGTS foi responsável por benefícios para o setor imobiliário e de construção civil. Segundo Bonduki (2008) apud Sousa F.; Hoff (2019), foram financiadas cerca de 4,3 milhões de novas construções, sendo que 2,4

milhões destinaram-se ao setor popular com recursos oriundos do FGTS. Além disso, com recursos do SFH, foi implantado o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), responsável pela ampliação da rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário das principais cidades do Brasil, fornecendo água a mais de 90% da população urbana.

Ao longo de sua existência, o SFH custeou cerca de um quarto da produção total de moradias construídas durante esse período, incluindo moradias produzidas no mercado legal ou ilegal. No entanto Maricato (1997) aponta que os investimentos do SFH foram, principalmente, para beneficiar a classe média emergente e a classe alta, alicerces da ditadura. Tendo em vista que a taxa de juros do FGTS era menor que a do mercado, os trabalhadores acabavam subsidiando a moradia da burguesia, além disso, concedeu subsídios enormes que foram cobertos pelo Tesouro Nacional, que deixou um rombo formado pelas dívidas, devido à péssima administração do fundo.

A crise de 1980 causou uma série de críticas ao BNH. O desemprego, a decorrente depressão da arrecadação com a redução dos saldos do FGTS e a inadimplência aumentavam continuamente e colocavam em perigo a incessante alta das prestações financiadas. Além disso, a luta contra a ditadura militar e as eleições diretas também se tornou uma luta contra a instituição (SOUZA, M.; HOFF, 2019)

A crise desencadeou também o acúmulo de uma grande quantidade de dívida pública durante o regime militar, o declínio econômico e a alta da inflação que, juntamente com a queda dos salários, afetou grandemente a economia nacional, destruindo seu poder de compra. A crise do modelo econômico implementada pelo regime militar teve um enorme impacto sobre as políticas habitacionais, e a lacuna entre o aumento do pagamento das prestações e a capacidade de pagamento dos tomadores de empréstimos.

Vivia-se o clima da luta pelas eleições diretas para Presidente e pela Constituinte, com grande mobilização popular. Neste contexto, organizou-se, por um lado, o movimento de moradia e dos sem-terra (urbano), que reunia os que não conseguiam ter acesso a um financiamento da casa própria e, por outro, o Movimento Nacional dos Mutuários que agregava mutuários de baixa renda e classe média, incapacitados de pagar a prestação da sonhada casa própria. Ambos criticavam o caráter financeiro desse sistema e pediam mudanças. (GRANDI; ALMEIDA; MOREIRA, 2016, p. 6).

Durante o governo José Sarney (1985-1990), consolidou-se a fragmentação generalizada da política nacional de habitação do regime militar, quando então em 1986, logo após o fim do regime militar, o presidente extinguiu o BNH e incluiu o SFH a Caixa Econômica Federal sem receber resistência popular e tampouco sucedê-la por outra política semelhante. O colapso dessa política nacional, somado ao desfalque no SFH e ao aumento de saques do FGTS devido ao crescimento do desemprego, levou à retração da produção habitacional pelo Estado naquela década. (GRANDI; ALMEIDA; MOREIRA, 2016)

A década de 1990 se mostrou como outro período de aumento dos assentamentos precários, o que agravou a crise habitacional no país, o impacto na produção da zona urbana, especialmente no espaço de reprodução social das massas populares, não havendo nenhuma política habitacional que alcançasse grande efetividade entre 1986 a 2003, a nível federal, pois demonstraram enorme fragilidade e ruptura administrativa, os baixos níveis de planejamento e perda da integração com outras políticas urbanas. Essa situação reforçava as práticas tradicionais das administrações locais, nas quais predominavam ações específicas, geralmente acompanhadas de práticas clientelistas que não conversavam com outras políticas de evolução urbana.

Devido à pressão popular, a constituição de 1988 havia introduzido os capítulos 182 e 183, que tratavam da política urbana e do aspecto social da propriedade e da cidade. (SOUZA, F., 2018b). O começo dos anos 2000 foi marcado pela aprovação da Lei Federal nº 10.257, regulamentado os capítulos 182 e 183, a lei ficou conhecida como “Estatuto da Cidade”. A lei basicamente visa dar apoio jurídico mais sólido para estratégias e processos de planejamento urbano, tendo como base diversas ferramentas para assegurar o direito a cidade. No que diz respeito à questão da habitação, o Estatuto reforça os meios de proteção da função social da propriedade e da formalização fundiária, como o imposto predial urbano progressivo, desapropriação em decorrência de dívida pública, usucapião urbano, concessões especiais para fins habitacionais e definição de áreas especiais de interesse social. O Estatuto também fez valer a obrigação da participação popular nas ações de decisão de projetos e concepções urbanísticas nas cidades (MOTTA, 2014; GRANDI; ALMEIDA; MOREIRA, 2016).

No ano de 2003, com a chegada ao poder federal do Partido dos Trabalhadores (PT), a expectativa era que as exigências e demandas dos movimentos sociais que lutavam pelo direito à moradia e reforma urbana fossem respondidas. Não resta dúvida que a pressão popular foi capaz de levantar métodos para pressionar o governo a aumentar a produção de habitações para a camada mais carente da população brasileira, pois tinham o respaldo da lei que garantia: o

cumprimento da função social da propriedade, direito à moradia digna e o vasto déficit habitacional que só crescia.

No entanto, mesmo o governo apresentando planos significativos, estes não foram realizadas em sua totalidade. Até que em 2009, é possível dizer que em resposta a crise de 2008, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O intuito do programa era ampliar o mercado de habitação para o atendimento de famílias cuja renda não ultrapassasse 10 salários-mínimos, esse em circunstâncias especiais onde o subsídio se introduz ao crédito, quando há um grande medo da queda do crédito e baixa dos ativos das firmas, nesse cenário que mais uma vez a habitação é posta como a grande “tática econômica, política e ideológica” em resposta à crise. Para tanto o governo garantiria o subsídio para famílias com renda de até R\$: 1.600,00 adquirirem a casa própria e facilitaria o caminho de aquisição para as famílias com renda de até R\$: 5.000,00.

O PMCMV nada mais foi que uma política que pretendia alavancar a construção civil, a criação de emprego e renda e aumentar o poder de compra, tornando-se mais uma resposta e se configurando como o pacote de estratégias para conter a crise econômica norte-americana sobre a economia nacional, que uma efetiva ação para atender a demanda da sociedade que se configura no déficit habitacional e na precariedade habitacional, que e continuam atingindo as famílias com renda de baixa renda.

Da mesma forma que os demais programas de grande destaque (FCP e o BNH), o PMCMV privilegiou a iniciativa privada, se configurando como protagonista da oferta habitacional. 97% do financiamento público foram designados a ofertar e produzir habitações por intermédio de construtoras privadas e somente 3% destinados a cooperativas e organizações sociais. Isso fez com que os recursos se concentrassem na produção maciça de moradias para atender as famílias com renda de 3 a 10 salários-mínimos, reforça MOTTA, (2014), embora a maior necessidade seja na produção habitacional para atender as famílias de 0 a 3 salários-mínimos. Não o bastante, esse conjunto de ações incentivava certos tipos de urbanização e a captação de recursos públicos, fazendo com que as prefeituras perdessem poder, dificultando a aplicação do Estatuto das Cidades, já que ele elenca diversos instrumentos de reforma urbana e um deles é a participação no planejamento e implementação de políticas urbanas, o que não acontece com a iniciativa privada sendo agente promotor da política.

O programa nada mais foi que a evidente predominância da lógica empresarial neoliberal que só faz com que as desigualdades socioespaciais fossem reforçadas, reduzindo o

problema habitacional a um déficit quantitativo (SOUZA, 2018b), tendo como foco a transferência de recursos públicos para o setor privado, que não garante acesso de todos a moradia. Na busca por lucros, as moradias são produzidas a baixo custo ou em áreas afastadas da malha urbana, sem infraestrutura ou equipamentos, onde o preço da terra é menor.

Em síntese, é importante destacar que quando se fala em habitação suas lutas e movimentos sociais por melhorias, se pensar logo na falta de moradia, entretanto a habitação envolve outros aspectos e exigências que dão suporte a “moradia digna”, como infraestrutura urbana (saneamento básico, mobilidade urbana) como também equipamentos urbanos.

Em 2016, após o golpe, o Brasil retorna a uma liderança neoliberal com o Governo Temer, episódio que influenciou a habitação de interesse social. Entre outras medidas se encerrou a modalidade “Entidades” do PMCMV, acabando com o pouco que tinha direito os mais pobres, deixando-os à mercê da falta de políticas que atenda suas reivindicações e demandas.

São esses os principais motivos que chegamos hoje a um déficit de aproximadamente 6 milhões de moradias urbanas. “Essa situação, somada à persistente ineficiência das políticas, fomenta diversas lutas sociais e políticas no sentido de garantir, não só acesso à moradia, mas o direito à cidade.” (MOTTA, 2014, p. 9)

Atualmente, continuamos com um governo neoliberal. Em 13 de janeiro de 2021, através da lei 14.118, foi instituído o Programa Casa verde e Amarela, substituindo o PMCMV. O Programa de duas cores não fez alteração nenhuma na política habitacional. Camufla-se através de novas taxas de juros e mudança de nome, mas que na realidade nada mais é que mais uma artimanha para invisibilizar, calar e retirar direitos dos mais pobres. A casa própria que a nova política habitacional neoliberal propõe construir é um modelo velho que continua abaixo das condições mínimas habitacionais em que um ser humano deve viver.

2.2 Aracaju

Ocupação inicial

Começaremos expondo a origem da cidade de Aracaju, com problemas que perduram desde a sua fundação até os dias atuais, importante destacar tais fatos passados até chegarmos ao espaço tempo foco do trabalho. Nesse sentido, destacam-se a formação e o crescimento da cidade formal das elites que desde o início da ocupação da capital segregou na sua periferia a

população pobre, tornando-a invisível e sem voz. A cidade cresceu apoiada em um discurso desenvolvimentista que não tinha lugar para as demandas de um segmento social que migrou do interior para capital e foi silenciado nas margens de Aracaju. Na atualidade, a história continua excludente, acompanhada por discursos inteligentes e modernizantes que insistem em não contemplar e nem dar ouvidos aos pobres, apesar dos avanços legais na legislação urbanística brasileira.

Aracaju começa a ser pensada em 02 de março de 1855 quando o então presidente de Sergipe Del Rey, Inácio Joaquim Barbosa, conseguiu dar início a seu plano de transferência da capital sergipana, decorrente dos problemas de escoamento da produção açucareira, uma vez que a então capital, São Cristóvão, com sua localização em vales e distante do litoral, e mesmo tendo rios com profundidade para navegação, o declínio da produção era inevitável. Até que, em 17 de março de 1855, com a contratação do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, elevou-se o título de arraial para cidade, tornando-se capital da província de Sergipe Del Rey. A partir desse momento começaram os projetos e planos para que a nova capital se tornasse a salvadora da economia da província. Economia que não levava em conta os escravos e trabalhadores livres. Aracaju já é criada com um objetivo, uma personificação de prosperidade e status da bela face de Sergipe, não incluindo os segmentos menos favorecidos da sociedade.

Santos (2019) coloca que mesmo assim ainda não era o cenário ideal, a economia advinda do açúcar continuava em decadência e, com uma mão-de-obra gratuita e escrava, os senhores de engenho se recusavam a ceder à abolição, como também a cogitar a realização de reforma agrária pós-abolição.

O projeto elaborado por Pirro consistia em quadrados simétricos de 100 metros, 100 metros por 100 metros, tamanho de quadra padrão observado no centro da capital sergipana. O projeto não previa uma possível expansão — até porque o tempo era curto para conclusão do projeto. Pirro seguiu os modelos da época, ditados por cidades francesas e norte-americanas que já apresentavam linhas retas e longínquas no urbanismo de suas novas ampliações, favorecendo uma possível dinâmica imobiliária. É importante destacar que a nova capital não previa espaços para a moradia da população pobre. Por estar localizada às margens do rio e mar, grande parte da Aracaju de hoje eram os mangues e pântanos de antes, fato que Pirro não conseguiu estudar na época, e as futuras expansões a fim de respeitar o traçado, passaram a aterrar as características geográficas da época, fato que até os tempos atuais traz transtornos ambientais para toda a capital.

Desde então o padrão de linhas retas para respeitar o projeto do traçado de xadrez, como ficou conhecido o projeto, foram mantidos fervorosamente, desencadeando uma série de aterros a cada nova expansão, a “rua da frente” (hoje a avenida Rio Branco) foi a exceção, mantendo-se com as curvas da margem do rio Sergipe, para que essa comportasse as construções às margens do rio.

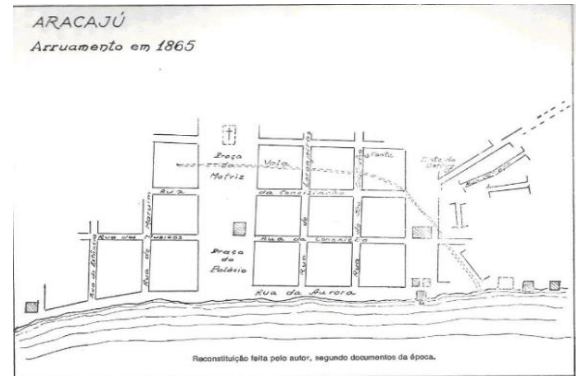
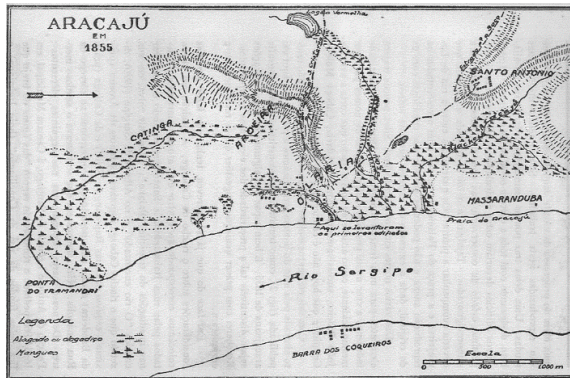


Figura 01. Aracaju em 1855. Fonte: PORTO, 1991, p. 19. apud SANTOS, 2019, p. 88 (esquerda).

Figura 02. Aracaju em 1865. Fonte: PORTO, 1945, apud ARACAJU, 2011, p. 22 (direita).

A visita de Dom Pedro II e da imperatriz Thereza Cristina em 1860, que trouxe a responsabilidade de manter as relações entre os senhores de engenho e o governo provincial, ainda que este último fosse favorável à abolição e à reforma agrária. Todavia, os rumores de tais eventos não atraíram o eventual crescimento da economia. Lima (2013, p. 31, apud SANTOS, 2019, p. 87) coloca que “[...] a programada visita do Imperador Pedro II a Sergipe para o ano de 1860, começou a marcar os rumos da construção de uma cidade moderna e planejada nos moldes ditados pela moda arquitetônica do neoclassicismo da corte”, cujo discurso não previa os conflitos inerentes a uma cidade mercantil.

Ou seja, já havia um modelo que deveria ser seguido e copiado na produção urbana, assim como podemos constatar na Resolução Provincial nº 458 aprovada pela câmara municipal da capital, na qual foram elencados os elementos do primeiro código de posturas da cidade em 03 de setembro de 1856. Deste código é importante destacar:

Art. 4º - os proprietários serão obrigados a cair a frente de suas casas duas vezes por ano pelo menos, e bem assim terem limpas as suas testadas. [...]

Art. 13 – Todo proprietário de casa é obrigado a calçar a frente de suas casas com lajeado regular, a saber: nas ruas de sessenta palmos de largura terá

lajeado oito palmos de largura e nas de cem palmos terá o Lajeado de dez palmos [...] (SANTOS, 2019, p. 88).

Através desse código de postura, é possível notar um dos primeiros, ou senão, o primeiro ato segregador dado à população através do poder da classe, que detinha maiores níveis de renda na nova cidade de Aracaju. “As regras ali faziam com que ficassem apenas aqueles que tornassem o próprio espaço sinônimo do desenvolvimento e sucesso da capital, não sendo bem-vindos os empobrecidos e carentes de recursos” (SANTOS, 2019, p. 88).

Já a população que não detinha tal poder aquisitivo era, de forma indireta, posta para além do traçado de Pirro, criando assim núcleos fora do projeto, onde hoje se localiza a rua Divina Pastora e a Avenida João Ribeiro, antes conhecidos como proximidades do mangue da Olaria, um cenário de encosta de morro, casas insalubres, aglomerados e casas de todos os formatos e tamanhos, e os administradores fingindo não ver a situação daquele lado da cidade.

A partir daí, dava-se início as duas “Aracajus”, uma que ficava a frente, o cartão de entrada para ser vista e apreciada servindo de modelo e outra a ser escondida e esquecida, sendo esta última a parte da cidade que o poder público não trata de forma apropriada, mesmo representando a residência da maioria da população da cidade, que é onde está a classe trabalhadora, e de suma importância daquela época.

No final da primeira década, a cidade atingiu as atuais ruas de Santa Luzia e Santo Amaro, e a construção da igreja matriz na praça impulsionou o desenvolvimento da cidade, atual praça Olímpio Campos. Por falta de investimentos em infraestrutura, condições limitadas para fusões urbanas e competição de centros como Estância, Propriá, Penedo, Laranjeiras e Maruim, o restante do século XIX foi um período difícil para Aracaju (ARACAJU, 2011).

Já o fim do século XIX foi marcado pelo surgimento das primeiras indústrias localizadas na zona norte, fora do projeto de Pirro, nas terras da Massaranduba, que foi também a primeira zona de lazer e veraneio da cidade, hoje o bairro Industrial. A área fazia parte de uma propriedade rural, gradativamente ocupada por cabanas de pescadores, e posteriormente por pequenas fazendas e segundas residências de ricos, que utilizavam a área para férias de verão. Além disso, a expectativa de emprego resultou em muitas pessoas vivendo em casas simples na área, ocasionando a criação de vilas de trabalhadores. Passados os anos iniciais da fundação de Aracaju, o século XX se iniciou esperançoso com a implantação da infraestrutura urbana, como a instalação de uma rede de canalização em 1908, instalação de energia elétrica e bondes em 1910. Rede de esgoto estabelecida em seguida, em 1914, e rede telefônica em 1919. Como

também, em 1908, a fábrica de tecidos Confiança se assentou na zona industrial para consolidar o seu papel, ligando-se à atividade industrial e reforçando a sua ocupação. A cidade industrial se consolidava, apoiada em vilas operária e numa periferia de barracos de palha.

Em seguida, a capital é marcada pela construção da ferrovia ainda na segunda década do século XX, passando por diversas localidades conectando Sergipe ao povoado Timbó, à Propriá e às margens do Rio São Francisco, formando assim uma nova posição de centralidade, de modo a fortalecer Aracaju como centro. Com esse crescimento já se notava o surgimento das primeiras comunidades: o Santo Antônio, o Industrial e Arrabalde Presidente Barbosa, hoje, o bairro São José. Devido ao isolamento do centro, essas comunidades eram semi-independentes, reforçada pela existência das lagoas que limitava a comunicabilidade.

A cidade ganhou um novo impulso e se desenvolveu em várias direções, já na década de 1930, ao traçar seu movimento em todos os sentidos, sendo assim incapaz de se determinar qual lado da cidade mais se desenvolveu. Esses braços correspondem ao eixo de tráfego da cidade, corredores de entrada e saída e conexões entre comunidades, nessa época locais como Siqueira Campos, 18 do Forte e Cidade Nova, foram se consolidando como bairros.

A segregação social foi se intensificando devido à situação econômica dos moradores, espalhando-se as vilas, estabelecidas no centro do quarteirão, tanto nas áreas centrais quanto nas mais afastadas. O problema habitacional já começava a aparecer, com muitas famílias vivendo em situações precárias nos cubículos de vilas.

Todos esses fatores já mencionados, tanto de centralidades quanto escoamento e ligações com as demais regiões, impulsionaram a construção de rodovias sobre um sistema radial, tendo como centro a capital aracajuana, realçando a centralidade da capital e traduzindo o seu papel de polo regional, que se tornou mais evidente com a consolidação da rede rodoviária do estado. Ao mesmo tempo em que se consolidava a capital como polo de crescimento e desenvolvimento regional, a população pobre atraída pelas oportunidades oferecidas por Aracaju não compartilhava de forma equitativa do seu território.

Assim, esse desenvolvimento trouxe a implantação de pequenas indústrias e intensificou a migração para a cidade, proporcionando uma nova correlação de forças urbanas. O solo recebeu maior valorização e surgiram na periferia a diversos loteamentos, ocupados pela população com menor poder aquisitivo, entretanto, estes careciam de infraestrutura e eram de difícil acesso na maioria dos casos.

No pós-guerra, com o apoio da migração rural/urbana, o processo de urbanização do Brasil se intensificou e Sergipe não foi excluído desse movimento, sua capital atraiu principalmente a população de cidades do interior. Com um enorme número de migrantes se deslocando para a capital e se estabelecendo nos bairros periféricos, principalmente os da zona norte e oeste, o que gerou a proliferação de moradias precárias.

Como resultado, várias lagoas foram aterradas, permitindo o acesso a áreas antes isoladas por meio de transporte público e as terras mais remotas foram ocupadas, valorizando os vazios e estimulando a especulação imobiliária. Em seguida, surgiram ocupações em novas áreas, como Palestina, América, Matadouro, Estrada da Jabotiana, etc. A década de 1950 foi especialmente importante para a vida de Sergipe e Aracaju. A descoberta de depósitos minerais como petróleo, sal, gás natural, potássio e calcário trouxe novas perspectivas de desenvolvimento. Esta década também foi marcada pela implantação da rede de transmissão de energia do complexo Paulo Afonso, por meio da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), e a construção do novo Aeroporto de Aracaju, que, juntos, trouxeram um novo posicionamento para a economia do estado, que vivenciava grandes dificuldades socioeconômicas.

Nesse período, surgiram as primeiras favelas da cidade e a necessidade de se realizar reformas urbanas, enfatizando a modernização dos centros sergipanos, visto que a maior preocupação neste momento era com a moradia popular. Devido à pressão e a demanda social, o governo estadual construiu o complexo habitacional Agamenon Magalhães, local totalmente distante da cidade, onde hoje se localiza o bairro José Conrado de Araújo, surgiu para evitar a propagação das moradias populares que até então eram dois núcleos com essas características: Ilha das Cobras localizada perto do bairro industrial e o curral perto da avenida Pedro Calazans (ALVES, 2013, s/p). Rabelo (2009) destaca que mesmo com os possíveis focos de desenvolvimento, Aracaju ainda não se destacava como atração comercial, o que indica que a vinda dessas pessoas se fez pela busca de uma mísera sobrevivência e pelo então chamativo fato de ser a capital, uma vez que, até então, contava apenas com 5 a 8 fábricas.

Nesse sentido, consideramos a favelização precoce de Aracaju como prova de seu crescimento sem sustentação de mercado de trabalho, uma vez que, como cidade projetada, – e passados os anos iniciais de dificuldade – ela poderia ter sido direcionada na construção de um espaço urbano menos caótico. (RABELO, 2009. p. 26).

Posteriormente, nessa mesma lógica de acabar com a favelização, o Japãozinho, localizado ao sul, passou pelo mesmo processo de retirada dos conjuntos de habitações populares, onde hoje se localizam as imediações da biblioteca pública Epifânio Dórea, Ginásio Constâncio Vieira e o Batistão, sendo retirada de seu lugar de origem. Podemos entender que sua localização atual seja por trás do morro do Urubu. Então a obsoleta Praia Formosa deixou de ser colônia de pescadores e passou a ser ocupada por uma população de classe média, passando a se chamar Praia Treze de Julho.

Outros fatos convincentes que ocorreram durante a expansão da cidade incluem: O Morro do Bonfim, tendo seu desmonte ocorrido em 1955 para a construção do terminal Rodoviário Luiz Garcia no centro da cidade; a Petrobras, instalada na década de 1960, que despertou alta demanda por casas e escritórios para atender as necessidades da empresa; a criação da COHAB-SE (Companhia de Habitação de Sergipe), em 1964, de acordo com a política Nacional de Habitação que, com financiamento do BNH (Banco Nacional de habitação), passou a construir casas em áreas remotas da estrutura urbana; a Universidade Federal de Sergipe instaurada em 1968; a zona Industrial de Aracaju em 1971; e a construção dos conjuntos habitacionais Orlando Dantas e Augusto Franco entre 1977 e 1989. Todo esse contexto fez parte da política de industrialização do país e contribuiu para a promoção da migração para as capitais. Com Aracaju não foi diferente, a vontade de “ganhar uma casa” uniu-se ao desejo de obtenção do emprego, o que ocasionou no significativo crescimento da antiga capital. (PLHIS, 2011; RABELO, 2009; SANTOS, 2019).

O discurso oficial atual

Com um intuito de apresentarmos fundamentos do discurso oficial sobre as questões habitacionais de interesse social, serão apresentados os termos que estruturam as narrativas relacionadas as políticas públicas de habitação em Aracaju.

A capital do estado de Sergipe fica entre a foz dos rios Sergipe e Vaza-Barris. Atualmente, o município cobre uma área de 182,163 km² e tem uma população estimada de 664.908 residentes em 2020, segundo dados do IBGE. É o município do estado com maior índice de desenvolvimento humano, 0,770, de acordo com o Programa das Nações Unidas (PNUD 2010), considerado alto.

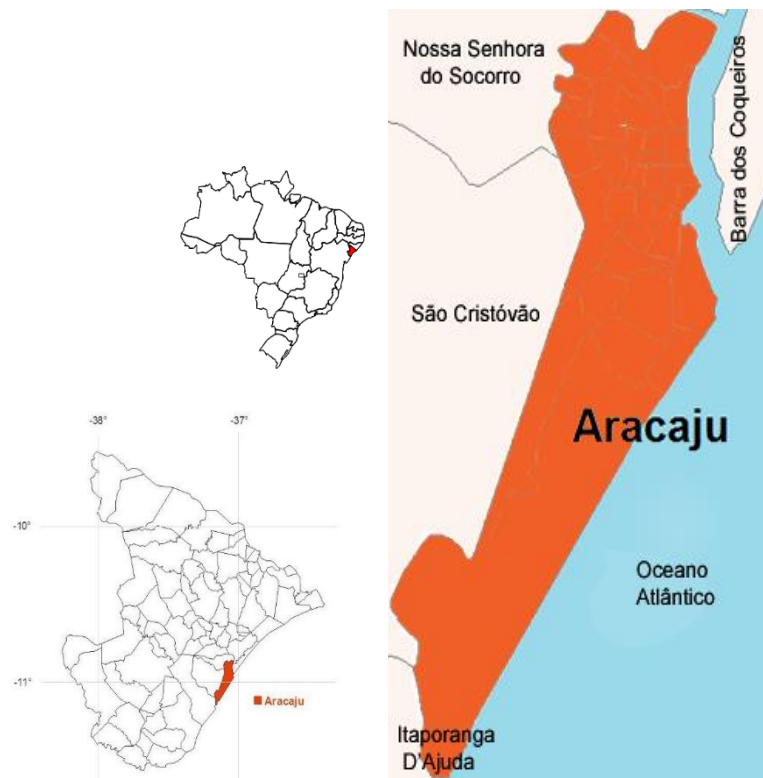


Figura 03. Localização de Aracaju.
Fonte: ARACAJU, 2011 adaptada pela autora.

Aracaju cresceu nesses seus 165 anos de vida, e a maioria da população, carente, vive à mercê da cidade formal urbanizada. Esse modelo de distribuição da moradia se faz presente na maioria das cidades brasileiras, uma vez que a cidade é caracterizada pelo seu ambiente construído, ou seja, a criação do espaço é fruto do trabalho social e, portanto, pode-se afirmar que o valor do solo urbano depende de sua localização. Essa é a característica do trabalho social que traz as condições necessárias para tornar o solo edificável (infraestrutura urbana), o solo de fácil aproveitamento (sua "acessibilidade") e as necessidades finais. É este conjunto de fatores que distingue parcialmente e que dá ao solo um determinado valor e o diferencia da aglomeração inserida no solo.

A localização é um fator na diferença de espaço, especialmente quando o terreno se apresenta com atrativos tal como uma vista ampla; localidade de fácil acesso; bem protegido; próximo a rodovias ou ferrovias, entre outros tipos de benefícios que o torne valioso para diversas finalidades de usos, seja para uso residencial, para localização de uma fábrica facilitando seu escoamento ou para uso comercial, de modo a atrair mais consumidores para o estabelecimento. Como consequência, os espaços de Aracaju com melhores atributos estão sendo especulados e ocupados por aqueles que podem pagar por esses locais.

É importante ressaltar que, como Ferreira (2005) deixa claro, o local ficará mais interessante em decorrência de expressivo trabalho social para produzi-lo, isto é, torná-lo atraente dentro de um determinado aglomerado urbano. Portanto, a localização da cidade é fruto do trabalho coletivo, não podendo ser individualizada: depende sempre da aglomeração urbana em que a cidade está inserida, e da intervenção do Estado na cidade que produz e equipa de forma que ela ganhe interesse.

Logo, a implantação da infraestrutura urbana no Brasil sempre foi realizada nas áreas concentradas de nossas cidades, não foi acidentalmente ocupada pela elite. Essa desigualdade na inserção de infraestrutura, desencadeada por ações ditas sociais, ou seja, o trabalho social na produção do solo urbano, é causada pela ação do Estado, que produziu e ainda produz diferenças óbvias entre as várias zonas da cidade, ignora-se a escassez de espaços carentes da cidade e destacam-se as áreas que se beneficiam das obras públicas (zonas privilegiadas). Portanto, a cruel diferença de preços causada por esse fenômeno nunca foi separada dos interesses do capital especulativo, e os benefícios deste sempre foram notórios no Brasil, que se alia à ação nacional e direciona o investimento público para locais de interesse, resultando em substancial rentabilidade. (FERREIRA, 2005).

Em 1980, a valorização da terra e desenvolvimento urbano na região central se intensificaram em todas as direções, como também se ampliou a ocupação de assentamentos precários, dada a grande migração e pressão sobre a terra e, em especial, no que diz respeito ao poder público configurando-se como protagonista da produção de novos conjuntos habitacionais, que não bastante “[...] foram construídos em áreas distantes da malha, formando núcleos isolados, sendo, de forma lenta e gradual, incorporados à malha urbana a partir da dotação de infraestrutura pelo poder público, valorizando os grandes vazios incorporados pelo mercado imobiliário.” (SEPLAN/PMA, 2013, p. 43). Na verdade, uma das características atuais de Aracaju é a ocupação circundando os conjuntos habitacionais que atuam como uma espécie de “pressão” sobre o governo e barreira territorial para a população pobre. Esta situação pode ser observada no Conjunto Augusto Franco, Canal do Santa Maria na divisa com manguezal, bem como no Inácio Barbosa, ao redor dos conjuntos Beira Rio, Jardim Esperança e Inácio Barbosa, ao longo das bordas do Rio Poxim, já no Bugio, às margens do Rio do Sal. (ARACAJU, 2011).

Desde então, tanto o alto custo da terra como a produção habitacional do Estado impulsionaram as diferentes formas de habitar em Aracaju. As formas que mais se disseminam e cresceram foram os tipos informais, foco do trabalho em questão. Já que a classe trabalhadora

não tem poder aquisitivo para adquirir uma moradia no padrão comercial estabelecido. Desse modo, surgem alternativas que, conforme vimos, estão presentes no início da formação da capital. É importante deixar claro o papel do Estado nesse processo de isolamento da população pobre fora da capital em direção aos municípios vizinhos Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros. Vidal (2010) esclarece que informal refere-se a tudo que não seja feito dentro da lei que rege do assunto. Nesse cenário, compreendem-se os lotes com alguma disparidade no processo de licitação (loteamentos irregulares); os lotes sem nenhum pedido de licenciamento solicitado perante os órgãos responsáveis (loteamentos clandestinos) e os assentamentos que não seguiram nenhuma programação ou projeto, a exemplo de ocupações espontâneas (favelas, invasões, palafitas, entre outros), sendo construídas sobre o lote irregular ou clandestino, todas as unidades autoconstruídas.

Esses lotes se caracterizam pela precariedade da moradia, pela escassez de infraestrutura, pela desordem na estrutura urbana e pela falta de acesso a serviços, principalmente nas localidades mais periféricas. São produtos da industrialização e da rápida urbanização do Brasil, que se intensificaram a partir da década de 1950 e, até hoje, a taxa de crescimento das cidades informais é superior à das cidades formais. Isso acontece em razão da renda, pois se a maioria da população tem rendimentos entre 0 a 3 salários mínimos mensais, as condições para entrar no mercado formal são limitadas, levando em consideração a renda per capita.

Em Aracaju, percebe-se que a quantidade de pessoas em um único domicílio se mostra desproporcionalmente excessivo nessas tipologias habitacionais.

ESPECIFICAÇÃO	FAIXAS DE RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS)			
	De 0 Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Total
Números absolutos	19.955	730	166	20.851
Percentual	95,7	3,5	0,8	100,0

Tabela 01: Aracaju déficit habitacional urbano por faixa de renda média familiar mensal 2007. Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações Déficit Habitacional no Brasil 2007. p. 29. apud Aracaju 2011. p. 84.

Já as ocupações espontâneas se caracterizam por ocupar terras de outrem (públicas ou privadas), casas autoconstruídas, geralmente localizadas em solo fora do mercado formal, como os locais vazios de subdivisão ou restrições ocupacionais legais ou encostas íngremes e limites de rios. “A ocupação da gleba pode se dar de forma espontânea ou organizada e tem como resultado em uma configuração urbana desordenada, onde é difícil distinguir a quantidade de terra pertencente a cada casa e mesmo o traçado das ruas e das áreas comuns” (VIDAL, 2010, p. 4).

Outra forma de aquisição da moradia pela população de baixa renda é através de políticas públicas do Estado. Nesse sentido, o governo municipal de Aracaju atua na produção de casas populares e requalificação da habitação precária desde 2003, com a urbanização da invasão da Coroa do Meio. Logo após houve a criação de conjuntos para atender famílias com renda de até 3 salários-mínimos, como por exemplo: urbanização do coqueiral, o bairro novo 17 de março, os conjuntos habitacionais Vitória da Resistência e José Eduardo Dutra. Entretanto, essas medidas ainda são insuficientes, considerando o déficit habitacional que só cresce, e as dezenas de locais que necessitam de infraestrutura urbana.

A FJP (Fundação João Pinheiro, 2015) aponta que no Brasil, em geral, cerca de 47,1% das moradias precárias concentram-se em famílias cuja renda não ultrapassa três salários-mínimos. Nas regiões Norte e Nordeste, e Aracaju não é diferente, essa proporção ultrapassa 60%, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a proporção é de 43,5%, 43,4% e 41,7% respectivamente. As transformações econômicas recentes têm aprofundado de forma significativa essas diferenças, agravando a questão habitacional.

Baseado em um conceito mais extenso de demanda habitacional, surgiram duas modalidades para o cálculo: o déficit habitacional e os imóveis inapropriados. O déficit habitacional é entendido como a necessidade de “construir novas casas para resolver os problemas sociais e específicos descobertos em um determinado momento”. Já os imóveis inapropriados compreendem “os problemas no conforto, quer dizer, que nada tem de relação com as dimensões da reserva habitacional, mas sim nas suas características internas” (ARACAJU, 2011). O conceito de imóveis inapropriados inclui: imóvel próprio com muitos residentes por quarto; falta de serviços de infraestrutura (energia elétrica, fornecimento de água, esgoto, coleta de lixo); falta de regularização fundiária (pelo menos um integrante da família declara a propriedade da casa, mas informa não ter a propriedade total ou parcial do lote); falta de sanitário residencial exclusivo, e cobertas inadequadas.

De forma resumida, foram apresentadas as tipologias de moradia da classe desfavorecida e que, com o advento de leis como o Estatuto da Cidade, que regulam e estabelecem temas como habitação social, começou-se a se pensar nas cidades dos excluídos, definindo assim diretrizes e planos para alcançar um mínimo de equidade nos dois lados das cidades. Chegamos ao conceito de habitação de interesse social que embasa o discurso oficial nas esferas de poder federal, estadual e municipal. Assim, habitação de interesse social significa a disciplina que concentra todas as questões habitacionais do proletariado, criando assim ferramentas de melhorias, que incluem a infraestrutura, a titularidade da terra, as construções de novas habitações, a assistência técnica, entre outros.

Introduzindo a matéria da Política Urbana, a constituição de 1988, através dos artigos 182 e 183, trouxe novas perspectivas para o espaço urbanizado. O Artigo 182 prevê que o poder público municipal tem por propósito demandar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus moradores, sendo o Plano Diretor ferramenta básica desta política. Já o artigo 183 estatui que todo indivíduo que possuir no máximo duzentos e cinquenta metros quadrados de área urbana, em um intervalo de cinco anos contínuos e sem objeções, para fins de moradia sua ou de sua família, obterá o seu domínio, desde que não seja possuidor de outra propriedade.

Regulamentada pela lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, O Estatuto da Cidade - que regula o capítulo sobre a política urbana e define um novo instrumento jurídico de gestão da cidade, obteve seu fortalecimento a partir da criação do Ministério das Cidades, em 2003, e da Política Nacional de Habitação (PNH), aprovada em 2004, esta tendo como primazia a inclusão dos assentamentos precários à vida urbana, assegurando o acesso à infraestrutura básica como saneamento, formalização da posse de terra e moradia digna.

Desta forma, a PNH sugere dividir o Sistema Nacional de Habitação em dois subgrupos de habitação: mercado e interesse social. Isto resultou na confrontação das necessidades habitacionais, preconizando a união de atos que amplificam as ofertas do mercado imobiliário para a classe média baixa e, da mesma forma, a disposição de promover a iniciativa pública para atender a camada da população mais carente, particularmente aquelas com menos de três salários-mínimos. Nesse momento a PNH, com a criação do Sistema Nacional de Habitação Social (SNHIS), Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, configurou-se como um grande desafio, sob o ponto de vista institucional. Dispõe sobre a implantação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), como consequência dos movimentos populares por moradia que

resultaram em mobilização em massa entregando, em 1991, um Projeto de Lei de Iniciativa Popular com mais de um milhão de assinaturas ao Congresso Nacional.

Na esfera federal, o FNHIS e seu comitê gestor foram instalados. Contudo, a implantação do SNHIS depende da aderência dos estados e municípios, devendo se comprometer a acatar o que determina a Lei nº 11.124/05, ou seja, encaminhar ao poder legislativo o projeto de lei para formação de um Fundo e de um Conselho Estadual ou Municipal de Habitação e desenvolver o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), até a data estipulada.

Baseando-se na forma integrada das ações de seus agentes (públicos e privados), o SNHIS tem a capacidade de assegurar programas e projetos habitacionais a partir de vários meios de recursos, sejam eles onerosos ou não-onerosos, como parte da estratégia de solução das necessidades de habitação. Pessoas que integram sistemas e recursos descentralizados adotam regras únicas que levarão ações a serem tomadas e implementadas, principalmente, por autoridades locais e precisam ser fortalecidas diante deste desafio institucionalmente. (ARACAJU, 2011).

Desta forma, Aracaju fez sua aderência ao SNHIS e, atendendo ao que foi determinado pela Lei 11.124/05, criou o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (Lei 3.228/2004), de modo que o município se habilitou para elaborar o PLHIS, em 2011, tendo como respaldo o Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS) realizado em 2001, que identificou 52 assentamentos subnormais.

O PLHIS elaborado em 2011 (Lei Complementar nº. 112 de 17 de abril de 2012) tinha como premissa diminuir o déficit habitacional e pretendia melhorar a qualidade de vida dos aracajuanos. Segundo a prefeitura:

O enorme déficit habitacional que vem sendo acumulado historicamente com o crescimento e o desenvolvimento de Aracaju assume na atualidade números que exigem do poder público, conjuntamente com toda a sociedade, um posicionamento e esforço no sentido de enfrentar as carências habitacionais e as desigualdades sociais bem como no sentido de auxiliar a elaboração de políticas públicas compensatórias que enfrentem tal situação. (ARACAJU, 2011, p. 10)

Como já mostrado, a maior concentração do déficit é na faixa de renda inferior a três salários-mínimos. Portanto, é relevante destacar que o relatório do PLHIS aponta, entre outros, a criação de conjuntos habitacionais pela prefeitura, em parceria com a CAIXA e construtoras, para atender faixa de renda de 3 a 6 salários-mínimos nos bairros Farolândia, São Conrado, Atalaia e Aeroporto, em 2001. Isto gerou a ocupação circundando alguns desses bairros, uma vez que a população real do déficit não foi atendida. Em seu diagnóstico de 2011, a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) chegou a seguinte totalização de demandas habitacionais:

Renda	Reposição do estoque/Habitação precária	Domicílios improvisados	Coabitação familiar	Ônus excessivo com aluguel	Déficit por incremento de estoque
0 a 3 SM	3.747	980	8.994	6.234	16.208
+ 3 SM	168	44	404	280	728
TOTAL	3.915	1.024	9.398	6.514	16.936

Tabela 02: Aracaju necessidades habitacionais por distribuição do déficit habitacional 2007

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações Déficit Habitacional no Brasil 2007. Apud ARACAJU, 2011. Adaptada pela autora.

Entendendo como reposição do estoque, as habitações precárias aquelas que não possuem paredes de tijolos, pedra, madeira aparelhada ou outro material de estrutura rígida gerando desconforto e até riscos diversos para o habitante, devendo ser repostas, pontua-se a ocorrência desse tipo de habitação nos bairros Santa Maria e Porto D'anta. Domicílios improvisados são os imóveis que foram construídos para o uso não residencial, mas estão sendo usados para habitação. A coabitação familiar se caracteriza em duas ou mais famílias coabitarem a mesma moradia, sejam moradias próprias, cedidas ou alugadas. O ônus excessivo com aluguel é quando 30% ou mais da renda mensal familiar é destinado exclusivamente para locação do imóvel, configurando um dos maiores problemas do aluguel para fins de moradia. Nesse sentido, o déficit por incremento de estoque nada mais é que a consequência dos domicílios improvisados, coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel, é o déficit que precisa ser reparado para substituir tais condições insuficientes de habitabilidade.

Após falhar no atendimento das necessidades habitacionais da população que mais precisa, em razão de ter distribuído as unidades habitacionais dos seus conjuntos de forma clientelista, o resultado para Aracaju, até 2011, foi um total de 23.708 unidades habitacionais divididas entre 74 assentamentos precários, dispersos por toda a malha urbana. Constatou-se no PLHIS 2011 que 95,7% dessas unidades são bravamente ocupadas por trabalhadores com renda de até três salários-mínimos em áreas sem definição de propriedade, margens de curso d'água, canais, manguezais e gasodutos, juntamente com uma rápida proposta de intervenções para os assentamentos.

Aracaju possui de acordo com o último levantamento da prefeitura 116 assentamentos subnormais. 116 lugares que uns mais que outros padecem de infraestrutura e alguns deles são classificados como lugares inseguros. Analisar cada um deles seria uma tarefa difícil, mas será apresentado alguns deles, onde a moradia autoconstruída e a habitação promovida pelo Estado estão presentes para levantar o discurso do povo e o discurso oficial.

Do exposto, fica evidente as verdadeiras questões e os falsos debates sobre a habitação de interesse social que invisibilidade às narrativas dos excluídos. Concentrar a discussão e as políticas públicas no déficit habitacional, sem uma abordagem adequada da questão, esconde as reais dificuldades da população que sofre com a cidade dividida que o exclui e ao mesmo tempo cria as condições para a monetarização financeira da moradia para um segmento da população que não possui renda suficiente para ingressar no mercado formal. É nesse sentido que se torna relevante a fala dos excluídos para que seja possível a implementação de políticas públicas que enfrente o problema habitacional de atenção social em sua verdadeira extensão.

3. PREFEITURA DE ARACAJU 2016/2021

O intuito desse capítulo é apresentar e discutir as propostas do governo defendidas durante as eleições, e as ações da prefeitura, sobretudo, em relação a habitação social. A atual gestão da capital sergipana teve início em 2017, após eleição do candidato no pleito de 2016. Em 2020 o então prefeito se reelegeu para mais um mandato de 2021 a 2024.

Muito é prometido nas campanhas eleitorais, mas infelizmente para uma parte da população essas promessas não são cumpridas. A PMA realizou recentemente a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), mas esqueceu de que o povo precisa de ações, precisa de concretizações, o que adianta saber que tantas comunidades são desprovidas de infraestrutura se a infraestrutura não é levada, e quando é, demora meses e meses para finalizar. Diferente das obras na zona sul, como, por exemplo, o corredor Hermes Fontes que começou já no fim de 2019, e terminou alguns meses depois. Comunidades carecem de investimentos e esse capítulo mostrará o discurso e as ações do poder municipal para Aracaju.

3.1 Discurso

Em 2016, Edvaldo Nogueira coligado ao PC do B nesse ano, fazendo parte de um partido progressista seu discurso era de diálogo com o povo e participação popular, muito se sabe que a população historicamente é excluída dos processos de decisões na cidade. O que existe é a promessa que isso ocorra.

O planejamento participativo é uma das diretrizes do Estatuto da Cidade, porém o que se vê muitas das vezes que o grupo de pessoas que participam de determinadas reuniões são grupos distintos daqueles que realmente são os interessados. Como por exemplo discutir transporte público com um determinado grupo que não se utiliza do mesmo, como discutir um assentamento precário sem que a população residente do local opine, como construir ou idealizar um partido urbanístico sem ouvir a população que irá residir no local, são questões importantes que precisam da participação popular.

Fortalecimento dos canais de participação popular (conselhos, comitês e fóruns) e utilização da Internet - projeto **Aracaju na Palma da Mão** - para aumentar a interação entre o cidadão e a administração municipal,

potencializando a gestão participativa e aumentando o protagonismo do cidadão enquanto agente apto a atuar na formulação e no acompanhamento de políticas públicas. (PROPOSTA DE GOVERNO 2016, p. 45, 2016. Negrito do autor).

No plano de governo em 2016 a participação popular é um dos eixos programáticos da proposta, no entanto no período de 2016 a 2020 não se viu essa participação, uma vez que em pesquisa realizada em sites de notícias durante o período de 2016 a 2020, pouco se viu sobre participação popular, pelo contrário, e foi durante esse período que várias manifestações por moradia e pelo atraso na finalização das obras de urbanização na Euclides Figueiredo tomaram conta da cidade, a exemplo da ocupação do centro administrativo Prefeito Aloísio Campos, em maio de 2017, onde famílias desabrigadas, após ordem de despejo emitida pela prefeitura de Aracaju, do condomínio Vida Nova (17 de Março).



Figura 04: Mais de 200 famílias ocupam a sede da Prefeitura de Aracaju reivindicando benefícios para moradia. Fonte: Portal Infonet, 2017. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/politica/familias-ocupam-sede-da-prefeitura-de-aracaju/>. Acesso em 05 de jun. 2021.

No mesmo plano de governo é listada uma serie de diretrizes de ações propostas, que são: Educação; Saúde; Segurança Pública; Infraestrutura; Mobilidade Urbana; Assistência Social; Desenvolvimento Econômico; Turismo; Política para as Mulheres; Esporte e Lazer. Dessa lista o que importaria para a temática em estudo são: Infraestrutura, Mobilidade Urbana, Educação, Segurança e Saúde. Dentro do eixo de infraestrutura a proposta prever atualização

do Plano Habitacional e elaboração do Plano Municipal de Saneamento e do Plano Municipal de Drenagem Urbana, com metas de expansão para atingir a universalização dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). Quanto a mobilidade Urbana, o discurso começa com a priorização do pedestre, entretanto a ação do prefeito, no fim de seu mandato, foi o recapeamento asfáltico nas principais avenidas da cidade priorizando o automóvel, retirando árvores do canteiro central da Hermes Fontes, gerando grande impacto térmico ambiental naquela região.

Ainda em 2016 prometeu atualizar o Plano Habitacional, uma vez que o Plano Local de Habitação de Interesse Social, realizado em 2011 pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE) tinha completado 5 anos, essa revisão que começou em 2019, ainda em 2021 não foi apresentado o fechamento e a divulgação dos dados por parte da administração pública nem tão pouca a foi permitido acesso aos relatórios para fins de pesquisa educacional.

A gestão de 2017 a 2020 terminou com o prefeito citando mais de 20 comunidades que promoveu urbanização, comunidades que segundo ele não tinham urbanização e na proposta para o mandato de 2021 a 2024, Edvaldo Nogueira - atualmente filiado ao PDT – Partido Democrático Trabalhista - promete urbanização nos bairros de Aracaju, a gestão fala que 70% dos seus recursos são destinados as comunidades mais vulneráveis.

Em seu site, em novembro de 2020, afirmou que outros loteamentos passarão a contar com infraestrutura básica, citou os loteamentos: Jardim dos Coqueiros (Jabotiana), Aningas e Parque Mar e Sol (Farolândia), Paraíso do Sul (segunda etapa), Luciana, Jardim Recreio e Ocupação Suvaco da Gata (Santa Maria), e Costa Verde I e II (Aruana). Garantindo que essas obras trarão dignidade as famílias e como resultado dessas obras serão gerados empregos, movimentar e aquecer o comércio local. Essa fala não deixa de ser verdade, embora exista uma demanda muito maior na capital e o tempo que essas comunidades vivem sem uma infraestrutura básica é realmente lamentável ser preciso uma campanha para que isso se torne visível.

Sua proposta de governo para os próximos 4 anos é vasta, listaremos algumas de suas metas para esse novo mandato. Não é de agora que existe grande pressão para ocupar a zona de expansão de Aracaju, lugar de extrema vulnerabilidade ambiental. Ainda no início de 2021 a PMA (Prefeitura Municipal de Aracaju) enviou um PL (Projeto de Lei) para a câmara dos vereadores que transforma os povoados da zona de expansão em bairros, é nesse intuito que sua

proposta para 2021 começa “é preciso descortinar novos horizontes” (PLANO DE GOVERNO, p. 2, 2020). Existem mais de 115 assentamentos precários espalhados pelos seus 41 bairros mais a zona de expansão, lugares que carecem de infraestrutura e equipamentos em todas as áreas para promoção de uma vida digna e a preocupação da gestão é em criar mais bairros, situação que acarretaria mais demanda por infraestrutura, mais ilegalidade, mais assentamentos subnormais entre outros.

Sem falar na característica rural que os povoados ainda mantêm, seus atuais bairros dispõem de espaços para promover habitação, o que existe é a desmotivação em promover habitação para combater o real déficit habitacional existente e a contrapartida de elitizar a zona de expansão promovendo moradias para uma classe social mais favorecida. Deslocando uma quantidade gigantesca de recursos públicos para levar infraestrutura para aquela região, sendo que lugares já conhecidos e próximos de onde já existe infraestrutura permanecem sem esse serviço como é o caso dos assentamentos: Rosa do Sol (Soledade), Ocupação Frigorífico III (Olaria), Porto do gringo (Soledade), Ocupações no Lamarão, São Sebastião, Jardim Indara, Moema Mary, Maracaju I e II (Cidade Nova), Jardim dos Coqueiros (Jabotiana) entre outras comunidades que sofrem com alguma falta de serviço e/ou equipamentos urbanos adequados.

São doze temas estratégicos que são destaques na proposta, entre esses valem aqui citar os relacionados com a nossa discussão: 1. Educação; 2. Saúde; 4. Infraestrutura Urbana, Serviços Urbanos, Iluminação Pública e Habitação; 8. Mobilidade Urbana Inteligente. Algo que não foi visto na proposta da gestão anterior foi a pauta da habitação, que apareceu na proposta para esse novo período. Prometendo a ampliação do acesso a habitação digna como também aumentar o relacionamento da PMA com a população.

O discurso se soma a idealização de implementar programa para valorizar e reformar as fachadas e marquises e fomentar a habitação para todas as faixas de renda, “...sobretudo nos imóveis abandonados ou subutilizados, de usos mistos e a multifuncionalidade.” (PLANO DE GOVERNO, p. 14, 2020)

O mesmo documento preconiza a realização de infraestrutura em diversas localidades para o período, construção e reforma de Unidades Básica de Saúde (UBS), construção de 14 ecopontos, requalificação do Parque da Sementeira entre outros espaços públicos.

Já com relação a mobilidade, a Prefeitura tem como compromisso continuar com o Plano Ciclovitário, que incluem ciclorrotas, ciclofaixas e ciclovias com intuito de conectar as comunidades e bairros e nesse sentido promover medidas para segurança dos ciclistas. Resgatar

o modelo de bicicletas compartilhadas e acrescenta afirmando que terá como prioridade colocar pontos de bicicletas compartilhadas nos bairros mais vulneráveis e integrar esse sistema com o de transporte público. E o maior projeto a construção da Avenida Perimetral Oeste, com recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Esse novo corredor propõe uma melhor interligação de Aracaju com Nossa Senhora do Socorro começando após o trecho da ponte sobre o Rio do Sal e seguindo pelo lado oeste da cidade, passando pelos bairros Lamarão, Soledade, Bugio, Jardim Centenário, Olaria, Capucho, Jabotiana e por último Santa Maria (entrada da cidade até a zona de expansão).

Segundo a prefeitura, Aracaju atualmente dispõe de 60% de cobertura de esgotamento sanitário e em seu discurso promete avançar com essa cobertura e adequar o Plano de saneamento básico. E se compromete no desassoreamento do Rio Poxim em parceria com o governo do Estado, do trecho da UFS até o Santa Lúcia e com a encosta do Japãozinho, situações que geram inúmeros problemas no período chuvoso.

Quanto a educação, uma das diretrizes é expandir a oferta de Educação Infantil, gerar mais vagas em creches para população e introduzir educação integral na rede municipal de ensino.

Trata-se de um discurso eleitoreiro como pode-se perceber:

Implantar projeto para as principais praças da cidade, com instalação de mobiliário urbano, piso, pintura, ajardinamento, Wi-Fi livre, iluminação diferenciada, brinquedos e equipamentos de lazer para todas as idades, rodízio de atividades culturais etc., sobretudo nas comunidades com mais vulnerabilidade social. Aprovar o novo Plano Diretor de Aracaju, com ampla discussão com a sociedade. (PROPOSTA DE GOVERNO, p. 24/25, 2020).

No quesito habitação, a promessa da gestão é de construir 1.102 unidades habitacionais através de recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no importe de R\$: 116,7 milhões somados a R\$: 7,9 milhões complementados pelo município no total de R\$: 124,6 milhões, a obra segundo o gestor contemplará infraestrutura completa. Tendo como compromisso além desse projeto o avanço na regularização fundiária nas modalidades REURB e PLHIS, e meta de novos projetos de habitação popular pelo programa Casa Verde e Amarela e a qualificação do auxílio-moradia. No pacote de obras do programa de requalificação

urbana que busca recursos através do BID e que foi anunciado em discurso de posse do governo municipal, o Lamarão teria a construção de 488 unidades habitacionais.

Em discurso realizado no dia 9 de julho de 2021 na inauguração das obras de infraestrutura da avenida 12 de outubro, rua “A” e do loteamento Expansão Siqueira Campos, no bairro 18 do forte. O prefeito Edvaldo (PDT) e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho anunciaram que a cidade foi contemplada com R\$ 80 milhões pelo programa federal Pró-Moradia e que os recursos serão destinados para obras de urbanização das comunidades Nova Olaria, no bairro Olaria, e Recanto da Paz, bairro Aeroporto. No recanto da Paz o gestor garante a permanência das casas com obras de melhoria nas habitações e infraestrutura completa, já no Olaria ocupação que fica localizada as margens da BR 235, saída da cidade, conhecida também como invasão do Frigorífico III serão realizadas obras de infraestrutura e construção de 612 unidades habitacionais.

3.2 Ações

Entre o que foi proposto e o que foi feito de 2017 a 2021, faremos uma relação das principais ações da PMA. Sempre buscando relacionar com a habitação e infraestrutura principalmente nas áreas mais carente que são os lugares que mais precisam de investimentos públicos. Foi possível acessar várias notícias nos sites Infonet, de Aracaju e do prefeito.

Assim que assumiu, em janeiro de 2017 a primeira ação do prefeito foi lançar o programa “Agora Aracaju vai ficar limpa” isso porque no quadriênio anterior na gestão de João Alves (DEM), Aracaju viveu uma grande crise no sistema de coleta de lixo.

Também nesse início de governo, em janeiro de 2017 através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Semasc) confirmou a regularização do auxílio-moradia para cerca de 1300 famílias (INFONET, 2017). Nesse ano famílias em situação de ruas ocupavam diversos lugares pela cidade em busca de abrigos, um deles foi um posto de saúde abandonado na Euclides Figueiredo (Santos Dumont), e a mesma secretária afirmou na ocasião que não havia nenhum programa habitacional naquele momento e que as famílias seriam conduzidas pela secretária para fazer um cadastro para ter a possibilidade, se aceitas, de receberem o auxílio-moradia.



Figura 05: Pessoas em situação de rua se alojam em frente a posto de saúde abandonado na avenida Euclides Figueiredo. Fonte: Portal Infonet, 2017. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/familias-acampam-em-frente-a-unidade-de-saude-abandonada/>. Acesso em 05 jun. 2021.

Em março de 2017 os ocupantes do conjunto Vida nova (17 de Março), receberam ordem de despejo, já que as famílias que viviam no local a cerca de 8 meses não eram as famílias beneficiadas, a Caixa Econômica Federal (CAIXA) proprietária do conjunto pediu reintegração de posse, e as famílias teriam que deixar o local, porém os ocupantes não tinham para onde ir. No mesmo mês grupos de diversas ocupações incluindo do Conjunto Vida nova fizeram manifestação em frente ao prédio da prefeitura, exigindo da administração pública uma solução para o problema de moradia das cerca de 480 famílias, os ocupantes pediam que fosse feita alguma intermediação com a CAIXA para que a reintegração de posse não acontecesse sem que as pessoas tivessem alguma garantia de moradia.

O prefeito deve assumir responsabilidade por isso e cumprir suas promessas de campanha. São várias famílias que necessitam de moradia e eles querem colocar no meio da rua. Esperamos que o poder público tenha mais sensibilidade, principalmente pelas crianças, que precisam de um lugar adequado para crescer. Queremos uma moradia digna, com teto, onde a gente possa dormir, acordar e sair pra trabalhar com tranquilidade. Se não apresentarem uma solução pra nossas famílias, nós vamos dar a resposta e queremos contar com o apoio de toda a população, declara Antony, liderança da ocupação. (PORTAL INFONET, 2017).

O portal de notícias afirma ter procurado a prefeitura na época para ter respostas e não obteve êxito, o povo tinha a preocupação de não ter onde dormir e ocuparam a prefeitura em 15 de maio de 2017, passaram as noites nos corredores da sede municipal enquanto o prefeito estava em Brasília, segundo o portal a PMA recebeu os representantes do movimento e por nota disse ter visto "inconsistências no quantitativo de famílias que pleiteiam a moradia, sendo o número apontado pelo movimento maior que o identificado" (INFONET, 2017) e declarou estar preparando um plano de habitação para a capital e continuava propondo que as famílias voltassem para suas casas para que a Semasc procedesse com o cadastro para que o grupo tivesse o direito ao auxílio moradia, no caso para as pessoas que se encaixassem no perfil socioeconômico para tal.

No dia 5 de maio de 2018 pessoas que não tinham para onde ir ocuparam um terreno na avenida Mário Jorge, bairro Coroa do Meio, a ocupação se chamava Marielle e Anderson Vivem. Esse terreno pertence a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB) e é um terreno em local de infraestrutura consolidada e que não cumpre função social, o grupo era liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Imediatamente a PMA começou as negociações para que as famílias desocupassem o local, as famílias resistiram até que no dia 12 de maio a Polícia Militar (PM) realizou a reintegração de posse e as famílias concordaram em ir para um galpão providenciado pela prefeitura, local sem nenhuma estrutura para acolher essas famílias, mas existia pressa em tirar os ocupantes da zona sul da capital. No mesmo dia uma jovem, Natanele dos Santos que estava na cozinha da ocupação foi atingida por uma bala que segundo os ocupantes foi disparada pela Guarda Municipal de Aracaju (GMA), a prefeitura se pronunciou dizendo que a GMA (Guarda Municipal de Aracaju) na ocasião precisou disparar tiros para afastar a multidão e abrir caminho. Nas negociações a prefeitura prometeu inserir um terreno no plano habitacional para a ocupação Marielle e Anderson Vivem, até o momento não se sabe se isso de fato aconteceu. “As pessoas mais pobres são as que mais sofrem, não os governantes. Nessa hora, enquanto a gente está embaixo de chuva, eles estão em casa vendo o pobre sofrer”, declara. (D. S. PORTAL INFONET, 2018)



Figura 06: Galpão Improvisado para as famílias da ocupação Marielle e Anderson Vivem Fonte: Portal Infonet, 2018. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/improvisados-em-galpoes-familias-cobram-solucao-da-pma/>. Acesso em: 06 de jun. 2021.

Em dezembro do mesmo ano a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) notificou vendedores ambulantes da Rodovia dos Náufragos, pessoas humildes que ganham a vida vendendo frutas, verduras, água de coco entre outros, a ordem era para retirar as barracas da encosta da rodovia km 8, para cumprir o que determinada o plano diretor de 2000 e o código de obras, lei nº 13 de 3 de junho de 1966 ambos documentos listam uma serie de atitudes urbanísticas, uma delas é a faixa livre de 20m na Rodovia, o que vale aqui apontar é que a zona de expansão é repleta de condomínios fechados que burlam completamente os documentos citados pela gestão para justificar a ação de opressão aos pobres vendedores ambulantes.

No dia 22 de abril de 2019 o prefeito anunciou através das redes sociais um novo projeto de habitação do município, a construção de 1100 casas e a retirada de mais de 800 famílias da invasão Recanto da Mangabeiras, ambas as ações localizadas no bairro 17 de Março. “Vamos pôr fim àquela invasão e as condições subumanas em que as pessoas vivem. Esse foi o primeiro passo e se Deus quiser, ao final desse ano e início do outro, começaremos a construção das 1100 moradias” (EDVALDO, 2019).

No fim de 2019 a PMA deu início a inúmeras obras pela cidade, um dos grupos de ações foi o recapeamento asfáltico dando destaque para as avenidas Hermes Fontes (Corredor Hermes Fontes), Beira Mar (Corredor Av. Beira Mar), Professor Acrísio Cruz (Corredor Jardins) e

Augusto Franco (Corredor da Av. Augusto Franco) sentido centro – sul da cidade. No mapa de obras disponibilizado no site de Edvaldo Nogueira (PDT) os corredores estão em destaque em verde e amarelo no mapa e é possível ver a localização dessas intervenções, em preto destaque para demais ruas asfaltadas.



Figura 07: Mapa de obras, corredores viários e recapeamento asfáltico fonte: Edvaldo Nogueira, 2020.
Disponível em: <https://www.edvaldonogueira.com.br/mapa-de-obras>. Acesso em: 01 jul. 2021.

Na zona norte a obra mais significativa foi a implantação de micro e macrodrenagem na Av. Euclides Figueiredo do trecho da rótula do Lamarão até a Av. Benjamim Constant entrada da Soledade, totalizando 1,3 km de via. “Também inclui fresagem e recomposição do pavimento, acessibilidade e sinalização; A obra pôs fim a um problema histórico de alagamentos na região, em períodos chuvosos.” (EDVALDO, 2020). A avenida foi inaugurada dia 04/04/2020, o valor do investimento segundo a gestão foi da casa dos R\$: 8.695.799,03. Todo processo de requalificação da avenida foi bastante conturbado para os moradores da

localidade e para a população que utilizavam as linhas de ônibus que passavam nesse trecho, visto que a obra passou por algumas paralizações durante o período.

Também no final desse ano, no dia 03/12/2019 foi assinada ordem de serviço de urbanização do Loteamento Joel Nascimento (Bugio), foi anunciado que as obras no loteamento contemplariam infraestrutura completa, no total de 10 ruas com serviços de drenagem pluvial, implantação de redes de água e esgoto, terraplenagem e a construção de uma estação de tratamento de esgotos. O serviço também garantiria a pavimentação das vias e calçadas padronizadas com prazo de execução de 6 meses.



Figura 08: Placa instalada na avenida de acesso ao Joel Nascimento, mostrando valor e prazo das obras, 2021.
Fonte: Líder Comunitária.

O início do ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Novo Coronavírus, enquanto as obras dos corredores viários da zona sul continuavam a todo vapor, famílias carentes viviam a beira do colapso, o comércio não essencial foi impedido de funcionar devido a decreto estadual como medida de impedir a propagação do vírus, o problema que os trabalhadores informais muitos com apenas esse meio de sobrevivência, sobretudo, os vendedores ambulantes foram impedidos de funcionar no centro da capital e com várias ações da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) para impedir o funcionamento desses trabalhadores, ações muita das vezes com violência marcou o cenário da pandemia na capital.

O cenário pandêmico não alterou a programação pré-eleições municipais e em junho de 2020 os moradores da comunidade Recanto das Mangabeiras começaram a receber a ordem para deixarem o local.

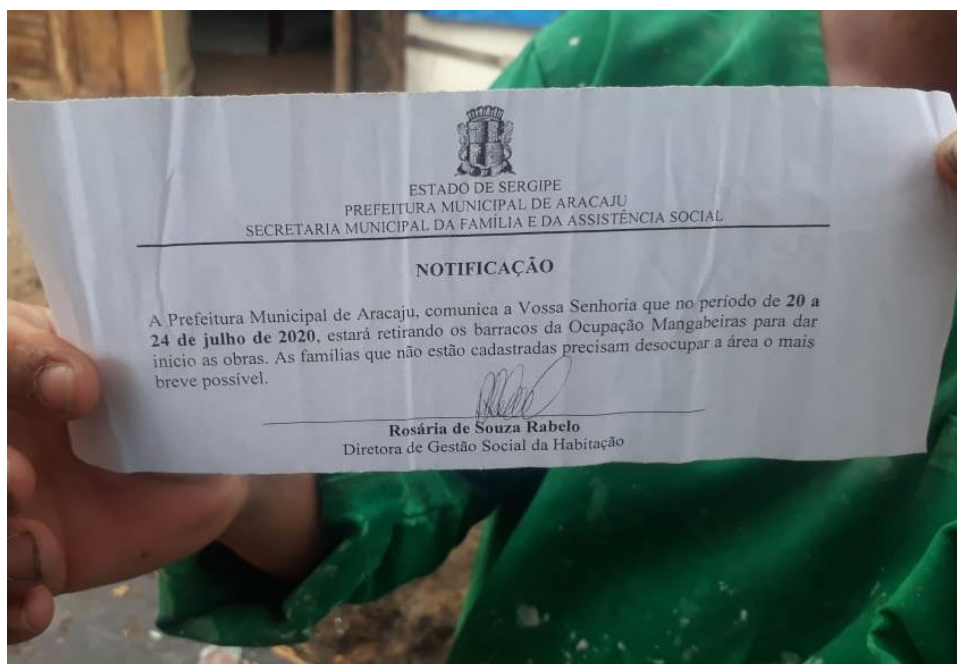


Figura 09: Notificação enviada as famílias. Fonte: Portal Infonet, 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/familias-das-mangabeiras-comecam-a-ser-notificadas-para-deixar-local/>. Acesso em 01 jul. 2021.

Além da situação que assolava o país naquele momento, e ainda assola, algumas das famílias não receberam o encaminhamento para pleitearem o aluguel social e com a retirada temiam não ter onde se abrigar durante a pandemia. A prefeitura afirma que já tinha um cadastro prévio com 813 famílias e que as demais que se agregaram a ocupação após o anúncio da gestão da construção das mais de 1.000 casas na localidade.

No dia 23 de julho de 2020 as obras de infraestrutura no Joel Nascimento deram início, nessa data já eram para obras terem sido finalizadas já que a ordem foi assinada em dezembro do ano anterior, mas o presidente da Emurb, o engenheiro Sergio Ferrari justifica o atraso pelos ajustes no projeto e a realização de algumas desapropriações para garantir a implementação do projeto ...”Em seguida, tivemos as chuvas e a pandemia e tivemos ainda mais uma vez que pactuar com a empresa que fará a obra um calendário que assegurasse qualidade na obra e segurança aos trabalhadores” (FERRARI, INFONET 2020). Continuou garantido que existia

novo cronograma e que as obras seriam concluídas no final do mesmo ano. No entanto até julho de 2021 as obras não foram concluídas.

As ações da PMA continuavam e como estava descrito na fig. 8, no dia 20 de julho de 2020 as famílias começaram a ser removidas da comunidade Mangabeiras para início das obras do conjunto habitacional Irmã Dulce dos Pobres, ação que deixou pessoas que não tinham cadastro na rua, lembrando que o momento era de isolamento social como destaca o defensor público Alfredo Nikolaus no período de retirada das famílias:

O Município, ao editar um Decreto, postula e incentiva a população ao isolamento social, mas pratica um ato contraditório a partir do momento que causa aglomeração na ocupação Mangabeiras, possibilitando a essas famílias que se tornem pessoas em situação de rua e, causando, desta forma, uma grande possibilidade de contraírem a Covid19.

O pronunciamento da gestão foi que algumas famílias que estão se manifestando eram pessoas que possuíam residências em Aracaju ou no interior ou pertencentes a grupos de famílias que já tinham sido beneficiadas com programas anteriores e por isso não podiam ter auxílio ou ser beneficiárias das novas casas, também completou dizendo que as demais famílias que se encaixassem no perfil seriam cadastradas para programas futuros, pois a demanda para o conjunto Dulce dos pobres já estaria com o processo todo fechado e não poderia ser alterado.



Figura 10: Imagem de drone ocupação Mangabeiras antes e depois da retirada dos ocupantes junho de 2020 e julho de 2020 respectivamente. Fonte: Emurb, 2021.

A PMA em várias notícias publicadas naquele mês afirmou que os beneficiários permaneceriam no auxílio aluguel por 2 anos, e que esse seria o período para construção das casas. Com diversas ações do Ministério Público Federal em Sergipe (MPF) que determinavam paralisação das obras por diversos motivos, inclusive, a inclusão dos catadores das mangabas da região no projeto e a garantia de que atividade de extrativismo realizada pela população tradicional conhecida como Catadores de Mangaba fosse preservada, e a prestes de completar 1 ano desde a retirada dos ocupantes a obra não apresenta nenhum sinal de início.

Ainda em novembro de 2020 o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ocupou o edifício Danusa, localizado na av. Ivo do Prado região central de Aracaju, o edifício estava a mais de 5 anos sem uso, de propriedade da construtora Cosil, o edifício acumula dívidas junto ao poder público incluído IPTU. A ocupação denominada João Mulungu foi um ato de protesto e única solução encontrada pelas famílias que após passarem por dificuldades, uma vez que a crise econômica se instalou no Brasil, tudo aumentando o valor: gás, alimentos, etc. Fica cada vez mais difícil um trabalhador assalariado arcar com despesas com moradia, tendo que escolher entre morar ou comer. Passados 7 dias de ocupação nenhum órgão se manifestou sobre garantir assistência aos necessitados ali ficando por cerca de 6 meses.

A Prefeitura de Aracaju, através da Secretaria Municipal da Assistência Social, informa que a Ocupação João Mulungu, no Centro, está instalada num prédio de responsabilidade do Governo do Estado, acerca do qual o Município não possui gerência administrativa.

Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS), informou que o prédio ocupado não pertence ao Estado e não consta nos registros da Superintendência de Patrimônio. (DECLARAÇÃO DO PODER PÚBLICO - INFONET, 2020).

Quando no dia 23 de maio de 2021, um domingo pela manhã, o órgão de segurança pública estadual cumpriu ordem de reintegração de posse em caráter de urgência em favor da proprietária do imóvel, mas uma reintegração em plena pandemia. A Cosil é uma construtora da família de Danusa Silva, esposa do Prefeito Edvaldo Nogueira (PDT). O mesmo que em seu plano de governo se comprometeu em garantir a função social da propriedade urbana e fomentar a habitação para todas as faixas de renda, inclusive, habitação nos imóveis abandonados e subutilizados. “A luta por moradia é fundamental para a mudança dessa estrutura tão desigual, moradia

é um direito que deveria ser garantido pelo poder executivo. (LINDA BRASIL- PSOL, 2021). Infelizmente nem todos vêm dessa forma, a crise habitacional só tende a crescer e não é promessas e ações pontuais que mudarão o cenário de Aracaju, Sergipe ou Brasil. A mudança das lideranças precisa acontecer imediatamente ou o povo não sobreviverá.

Como já foi debatido o déficit habitacional é enorme, muitas pessoas não têm condições de adquirir moradia digna e só em Aracaju existem atualmente cerca de 19.000 imóveis abandonados entre construídos e terrenos, lugares que poderiam ser ocupados e transformariam a vida de milhares de pessoas e que é um direito garantido pela lei 13.465/2017, através dos instrumentos de desapropriação para fins de interesse social, mas é uma lei de papel e de promessas porque em Aracaju pelo menos não se ver acontecer.

Existe um grande abismo entre o discurso e as obras, juntamente com a falta de participação popular, não se produz uma cidade sem os seus habitantes. E a realidade é totalmente diferente da idealizada em uma proposta de governo.

4. ESTUDO DE CASO

Será analisado 1 loteamento clandestino e 1 assentamento espontâneo. As pesquisas realizadas revelam um total distanciamento entre o discurso da Prefeitura e a realidade local. Os planos municipais são elaborados sem a participação da população local, refletindo o pensamento tecnocrático burguês em detrimento do pensamento, das necessidades e das demandas das comunidades estudadas. Verifica-se o total descaso do poder público em relação à fala da população local, prevalecendo os falsos debates sobre a habitação de interesse social. Falsos debates nos quais se escondem as verdadeiras questões que envolvem a população local e invisibilizam as narrativas dos excluídos.

4.1 Loteamento Clandestino – Joel Nascimento

O Loteamento Joel Nascimento fica localizado no bairro Bugio, zona norte da capital sergipana. Após a criação do conjunto habitacional Assis Chateaubriand na década de 80, fruto da política habitacional do BNH, inicia-se a ocupação do loteamento, circundando o conjunto nas áreas de mangue entre o rio e as quadras do empreendimento que foram aterradas e loteadas. No local, existem vários assentamentos nessa mesma situação, mas o Joel Nascimento, objeto de estudo deste trabalho, chamou a atenção por sua recente urbanização REURB-S e pela promessa de concessão de escritura pública para os ocupantes, patrocinada pela prefeitura de Aracaju, uma vez que a Secretária de Patrimônio da União (SPU) cedeu a área ao município.

Seus limites são: a noroeste e oeste com a Rua Nivaldo Gomes da Silva; a norte com viveiros de aquicultura; a sudeste com vegetação de mangue; a nordeste com o Riacho do Cabral; e a sul com a Avenida José Oliveira Guedes (antes Av. Serafim Bomfim).

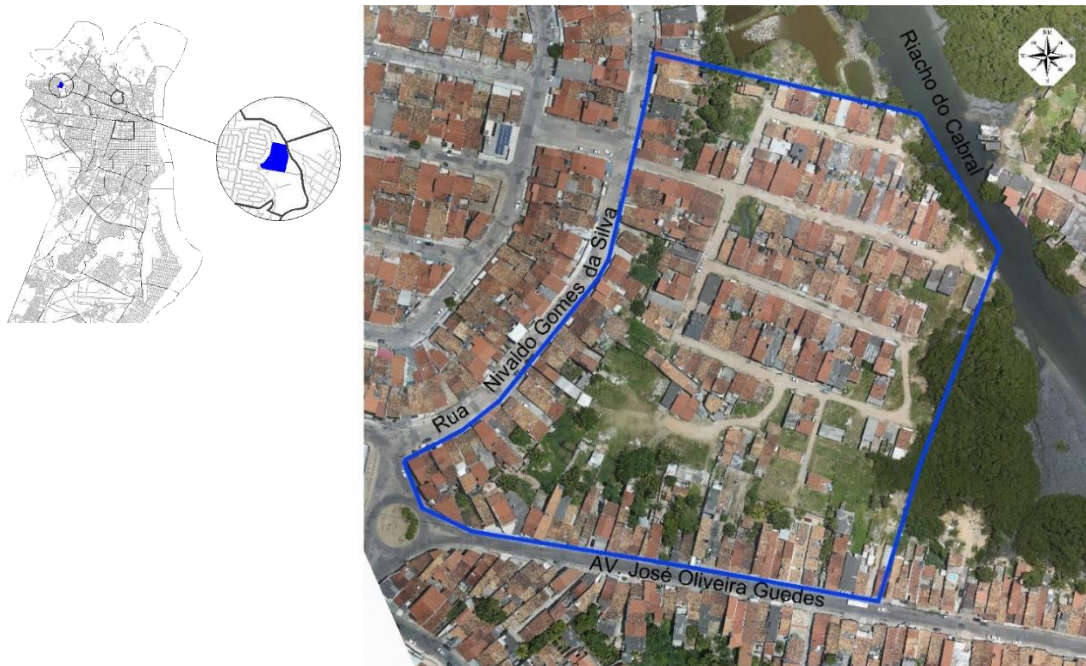


Figura 11: Imagem Satélite demarcação do loteamento Joel Nascimento, 2019.
Fonte: EMURB, 2020. adaptado pela autora.

O loteamento está consolidado com ocupação de uso misto, predominando o residencial. Está inserido em uma área urbana, ocupando uma extensão de 48.546,57 m², com perímetro 913,86 m. Segundo Edineide, líder comunitária do Joel, em dezembro de 2010 foi criada a Associação Comunitária do Loteamento Joel Nascimento (ACLOJON) e registrada no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju, tendo seu registro no livro A55, sob o n. 54.689 e CNPJ 13.792.846/0001-53. A associação presta assistência social e, juntamente com o Programa Mesa Brasil, realiza a doação de cestas básicas para os moradores. Esta associação organiza também uma escolinha de futebol que atende aos jovens do loteamento.

Até o ano de 2019, o loteamento possuía 9 ruas e apenas um acesso, feito pela travessa Beira Rio, localizada perpendicularmente à Rua Nivaldo Gomes da Silva. Desde a formulação do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais do (PEMAS) em 2001, o local apresentava, até 2019, déficit de infraestrutura urbana e fragilidades no fornecimento de água, energia elétrica e iluminação pública, além de não possuir sistema de drenagem pluvial e esgotamento sanitário. As vias e passeios não eram pavimentadas, comprometendo a acessibilidade.

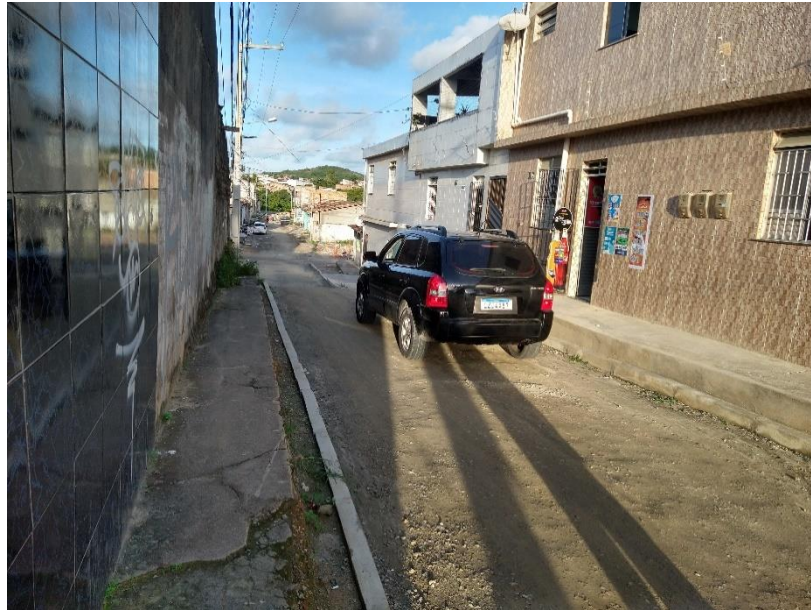


Figura: 12. Primeira rua do loteamento Joel Nascimento e único acesso até 2019 (Tv. Beira Rio). Fonte: autora, 2021.

O loteamento Joel, cuja ocupação foi iniciada na década de 90, até meados de 2000 contava apenas com casas voltadas para as ruas principais e somente uma rua interna. O PEMAS, realizado em 2001, já havia reconhecido a existência da ocupação, então denominada Invasão Travessa Serafim Bomfim. Na ocasião foi caracterizada como área que apresentava condições precárias habitacionais, com nenhum tipo de infraestrutura urbana e serviços públicos. Foi classificada pelo PEMAS como área prioritária para intervenção. A invasão atualmente corresponde à região do Loteamento Joel Nascimento e classificada pelo PLHIS 2020 como loteamento clandestino.

Estando localizada em um terreno de mangue, as ações do homem gradativamente foram modificando a paisagem natural do ambiente e acarretando vários problemas socioambientais que, em geral, se utilizam como fundamento para não intervir na comunidade, apontando-a como responsável pelos danos ambientais. Nesse sentido, destacam-se o aumento dos aspectos vulneráveis na segurança pública, a tendência a aumentar o risco de contrair doenças devido à falta dos serviços e as condições básicas de saúde; a precariedade dos serviços de educação; a inexistência de rede de drenagem ou esgotamento sanitário, os resíduos sólidos e os efluentes sanitários são destinados de forma inadequada no meio ambiente, ocasionando contaminação do solo e da água; a remoção da vegetação e aterro de áreas que eram ocupadas por vegetação característica de mangue; a extinção da fauna local, especialmente as nativas do ecossistema manguezal ou relacionados a ele.

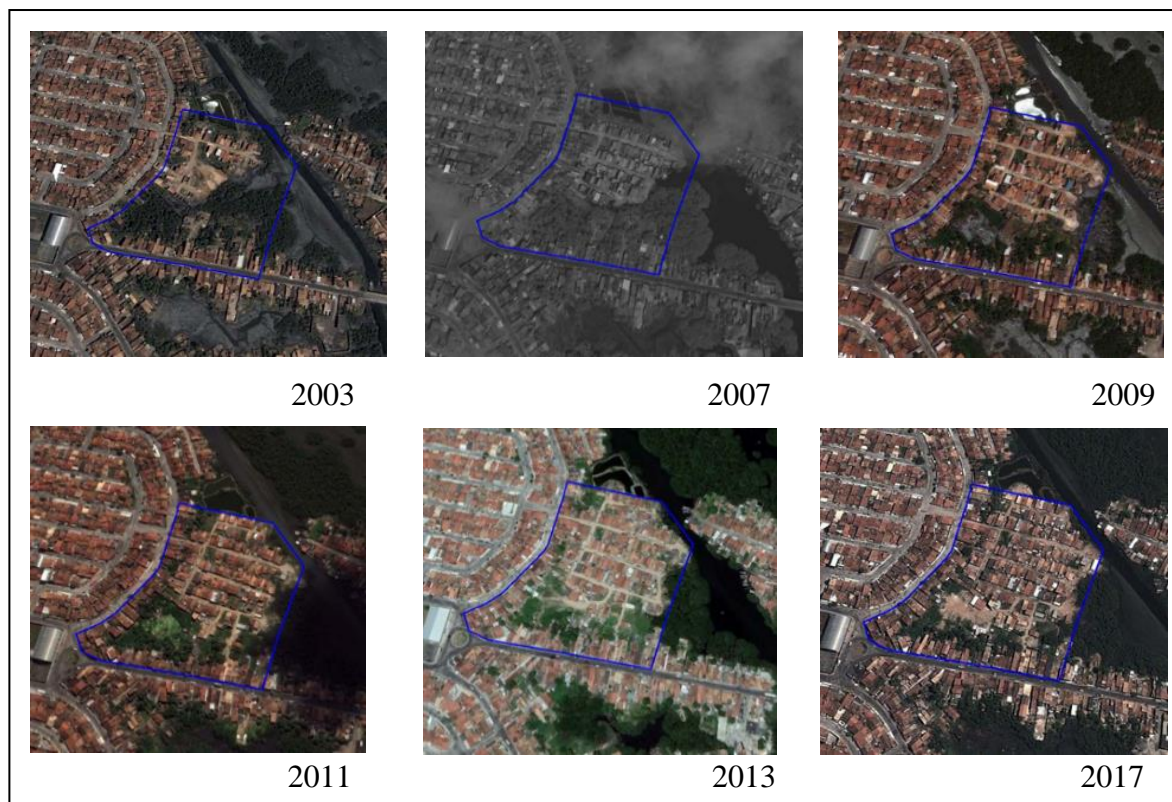


Figura 13: Evolução Joel Nascimento de 2003 a 2017.
 Fonte: Google Earth apud EMURB, 2019. adaptado pela autora.

As margens do Riacho do Cabral, que correspondem ao Loteamento Joel Nascimento, encontram-se atualmente ocupadas por moradias. É possível observar através da evolução da ocupação na fig. 13, que a ocupação se deu a partir do Bairro Bugio, logo depois da rua Nivaldo Gomes da Silva, seguiu em direção ao Riacho do Cabral e aos poucos se espalhando da região norte para a sul, em direção à Avenida José Oliveira Guedes. O que se observa é que o crescimento da comunidade se dá em função da falta de oportunidades econômicas para a população excluída que não tem outra opção, senão ocupar áreas com baixo valor monetário.

Segundo o relatório que embasou o projeto para urbanização do loteamento, o fato da comunidade possuir apenas uma entrada causava sérios problemas para prestação de serviços a essa comunidade, tais como dificuldade de acesso de viaturas da polícia, ambulâncias e demais veículos de prevenção e de emergência, como também os veículos que realizam coleta e transporte de lixo. O projeto atual de urbanização do Joel consiste na promessa de implantação de infraestrutura completa e a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Proposta elaborada de forma unilateral pela prefeitura, sem consulta à população. Como a comunidade local é historicamente desassistida, qualquer tipo de investimento é bem-vindo aos

moradores, mesmo não sendo discutido ou não representando a solução mais adequada à realidade habitacional.



Figura 14: Ruas ainda sem pavimentação e maquinário em primeiro plano e ao fundo a nova entrada do Joel Nascimento, local onde derrubou 1 casa. Fonte: autora, junho 2021.

O projeto necessitou fazer demolições, em média 4 casas foram atingidas e os proprietários indenizados. Inclusive, uma residência voltada para a avenida Nivaldo Gomes foi retirada para abertura de uma via que, segundo a gestão, solucionaria o problema de acesso. Logo abaixo é possível observar o projeto de ruas para o loteamento Joel, que até o momento apenas a abertura das novas vias e a drenagem foram finalizadas. Com um projeto de pavimentação asfáltica, a obra teve que ser parada porque o solo não era o adequado. Essa é a informação que a população recebeu, mas o que é possível observar é que não existe nenhuma preocupação em finalizar a obra e que não houve um estudo prévio das características do solo presente no loteamento.



Figura 15: Situação das margens do Riacho no local que seria construído a estação de tratamento (esquerda).

Figura 16: Situação atual das ruas internas (direita).

Fonte: autora, 2021.



Figura 17: Imagem Satélite demarcação do Projeto de traçado das ruas, 2019.

Fonte: EMURB, 2020. adaptado pela autora.

Para dona Edneide, moradora do Joel, a abertura dessa segunda entrada aumentou a movimentação dentro do loteamento e ampliou a facilidade para criminosos escaparem. A falta de um espaço público, que deveria estar incluído no projeto, também é uma falha. Ela observa que vai sobrar muita área e que poderia ser construída uma praça ou um equipamento de uso comum. Mas isso não está no projeto para urbanização do Joel.

As moradias levantadas à margem direita do Riacho do Cabral, apresentam-se na maior parte habitações populares, unifamiliares, de baixa renda, localizadas logo após a calha do curso d'água e algumas delas, sobre a calha.

Os assentamentos populares nas cidades brasileiras costumam ser favelas, ocupações, loteamentos clandestinos ou irregulares e cortiços. Acarretando alguns problemas sérios, o que ocorre no Joel Nascimento, local que era um espaço para proteção do meio ambiente. Seu caso, como vários outros, acaba afetando mananciais, margens de rios, riachos e lagoas. Mas não deixamos de enfatizar outro grande problema que é a insuficiente oferta de terras e moradias para os pobres, situação enraizada em nosso país, levando a ocupações em terras de proteção permanente e áreas de maior vulnerabilidade. Nessas ocupações, é mais fácil ver a expansão dos problemas socioambientais do que outras ocupações.

Essa região é classificada como Área de Preservação Permanente (APP), cuja legislação preconiza a sua proteção, ou seja, são defesas as ocupações nessas áreas. Todavia, a realidade das cidades brasileiras impede sua aplicação, esses espaços são uma das formas da população carente alcançar a moradia. Por isso existe a necessidade de estudar a regularização fundiária de assentamentos humanos em APP. O loteamento Joel Nascimento é um dos casos que aguarda as ações da PMA para transformar o sonho desses moradores em realidade.

Esta situação causa diversos transtornos para a população que ainda convive com as ruas sem pavimentação, sem um destino adequado para esgoto sanitário e sem nenhuma previsão da titularidade da terra. É possível observar também que o projeto não contempla uma via de contenção, que seria de suma importância para evitar futuras ocupações e proteção das margens do Riacho do Cabral.

4.2 Assentamento Espontâneo - Ocupação São Sebastião

Não é novidade que a população carente precisa ocupar áreas fora do mercado imobiliário para ter acesso à moradia. É necessário invadir e tomar posse de terras desocupadas para garantir um direito constitucional, correndo o risco de despejo em um país extremamente desigual. É esse o sentimento de calado, de garganta engasgada da comunidade excluída, como se pode perceber pelas entrevistas realizadas (ver anexo).

O loteamento São Sebastião abriga uma comunidade carente que não teria uma moradia se não fosse invadindo e ocupando um terreno ocioso, a escolha de apresentar essa comunidade

foi pela aproximação da discente de alguns dos moradores e por ter desenvolvido trabalhos para a revisão do PLHIS – Aracaju (Plano de Habitação de Interesse Social), em 2020, naquela região.

O assentamento São Sebastião está localizado no bairro Cidade Nova, também na zona norte da capital. Segundo as entrevistas, um grupo de pessoas lideradas inicialmente por Gervásio e André Gigante, aliados ao CSP Conlutas, iniciaram a ocupação em 2016, em uma área com declive acentuado. Esse terreno se localiza entre os loteamentos Maracaju e Pau Ferro era área verde do loteamento Visconde de Maracaju, destinado para a construção de uma praça, ou seja, é terreno público pertencente à prefeitura, mas que nunca foi utilizado. Pouco tempo depois da ocupação, o grupo conseguiu cadastro e promessas da prefeitura que iria urbanizar o espaço e ceder o terreno para os ocupantes, que rapidamente construíram seus barracos feitos com resto de materiais para alvenaria, como esclarece a ocupante Tatiane.



Figura 18: Localização Assentamento São Sebastião em 2018
Fonte: PMA-EMURB, adaptado pela autora.

A ocupação teve início em 2016, em razão da necessidade das pessoas que moravam próximo a esse terreno abandonado de se livrarem do aluguel. Os primeiros moradores, como relata a líder comunitária Elenilsa, eram os inquilinos do senhor Gervásio. Algumas dessas pessoas não permaneceram na ocupação, venderam as marcações de seus lotes para outros necessitados. Os lotes foram vendidos na época por mil reais, ainda em 2016. Em 2018, já foram comercializados por 6 mil reais. Tal situação demonstra que a questão da habitação de interesse

social não pode ser reduzida a um imóvel, mas está relacionada à renda e às oportunidades de sobrevivência urbana. Assim que o lote era adquirido, rapidamente começava a construção do barraco para garantir a permanência e para que o lote não fosse invadido por outro ocupante.

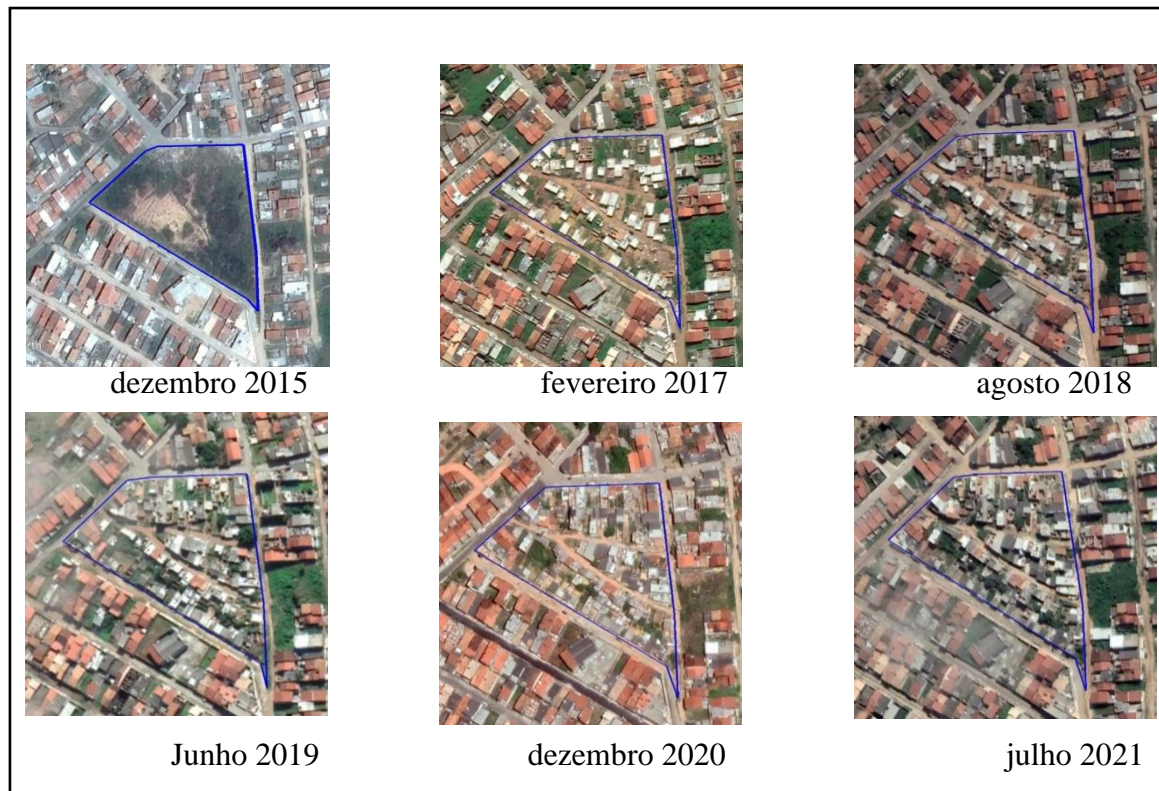


Figura 19: Evolução do Assentamento São Sebastião.
Fonte: Google Earth 2021, adaptado pela autora.

O perfil dos ocupantes, de acordo com as entrevistas, é de assalariados ou beneficiários do bolsa família, logo após os primeiros anos de ocupação rapidamente transformaram seus barracos feitos de materiais recicláveis por residências autoconstruídas em alvenaria. O processo de construção se deu por meio convencional, sem assistência técnica. À medida que juntava algum recurso, era utilizado para aumentar um cômodo da casa. Essa situação expressa um grande esforço da comunidade que muitas vezes compromete o bem-estar da família para garantir a moradia. Esforço invisível, que não entra nas análises dos planos de habitação de interesse social.

O perfil dos ocupantes, de acordo com as entrevistas, é de assalariados ou beneficiários do bolsa família, logo após os primeiros anos de ocupação rapidamente transformaram seus barracos feitos de materiais recicláveis por residências autoconstruídas em alvenaria. O

processo de construção se deu por meio convencional, sem assistência técnica. À medida que adquiria recursos, utilizava-os para aumentar um cômodo da casa. Essa situação expressa um grande esforço da comunidade, que muitas vezes compromete o bem-estar da família para garantir a moradia. Esforço invisível, mas que não entra nas análises dos planos de habitação de interesse social.

Depois de realizar pedido de reintegração de posse, em 2016, as famílias resistiram com luta. Alguns vereadores prometeram a permanência da comunidade na área. De acordo com os entrevistados, em 2004, a Prefeitura declarou a área como de interesse público, onde seria construído um posto de saúde. A área ocupada que foi, inicialmente, destinada à construção de uma praça no loteamento Visconde de Maracaju, mesmo após decorrido muito tempo, continuava abandonado, sem cumprir a sua função social. Servia como objeto de discurso municipal, uma mera promessa de construção de um posto de saúde, demonstrando, dessa forma, que a função social preconizada no Estatuto da Cidade é uma falácia. Enquanto isso, a população pobre padece com a falta de moradia digna, escondendo a realidade atrás de políticas públicas que atendem muito mais aos interesses da construção civil e das empresas imobiliárias. E, em última análise, legitima o discurso oficial.



Figura 20: Rua Gervasio Paz, Assentamento São Sebastião.
Fonte: autora 2021.

Mais de 100 famílias aguardam para terem acesso a casa própria naquele espaço esquecido. A promessa da gestão municipal é que será feita a desapateação e declarado o local como Área Especial de Interesse Social (AEIS), de acordo com a Lei Complementar n.º 42, de

04 de outubro de 2000, que regula a criação das áreas especiais de interesse social necessárias à implantação da política habitacional e de regularização urbanística e fundiária na cidade de Aracaju.

...Também tratamos da situação do loteamento São Sebastião, originário de uma ocupação de 116 famílias de um terreno da Prefeitura, para o qual tínhamos solicitado a reintegração de posse. Na conversa com os moradores, **decidi** que iremos renunciar a esta ação e trabalhar para levar dignidade para aquela comunidade”, relatou o prefeito (JL POLÍTICA, 2018). Grifo nosso.

A comunidade espera isso acontecer há 5 anos, em meio a indiferenças dos vizinhos que os viam como marginais e que queriam o espaço livre para a prometida Unidade de saúde. Enfrentam as dificuldades e permanecem esperançosos, como revelam as entrevistas. Nesse sentido, fica muito claro, de acordo com as entrevistas e observações, o duplo sentimento de exclusão social da comunidade. Não aceita pelos vizinhos e esquecida pela da cidade formal. Predomina a baixa estima dos moradores, quando os entrevistados demonstram estarem satisfeitos com as promessas da Prefeitura que nunca se concretizam. A falta de informação precisa favorece o sentimento de culpa e, com certeza, leva à formação de corpos alienados e dóceis.

A energia elétrica é puxada clandestinamente: conhecida popularmente como “gato” (fig. 20). Fios elétricos inseguros percorrem de casa a casa para que cada um possa ter eletricidade, da mesma forma que a água. Como o terreno é da Prefeitura, é preciso obter autorização da mesma para que as empresas de fornecimento desses serviços possam implementar água e energia. É necessária a elaboração de relatório de viabilidade técnica entre outras ações que a comunidade aguarda a ação do município. A rede de esgoto é improvisada com manilhas colocadas pelos moradores que se utilizam de fossa séptica. Em algumas ruas, os canos de água são direcionados diretamente para a rua, drenagem não existe, a pavimentação consiste em piçarra e barro.



Figura 21: Poste clandestino de energia elétrica (esquerda). Figura 22: Manilhas, cano de água e esgoto improvisados (direita). Fonte: autora 2021.

No período chuvoso, é preciso sair de casa com os calçados nas mãos, com luta diária de ir trabalhar para sobreviver e para melhorar a habitação autoconstruída com muito esforço e dificuldade. Ainda é possível se observar que a maioria das casas utilizam a telha de fibrocimento como única cobertura, solução mais econômica para a coberta. Situação que é comum na maioria dos assentamentos é a demanda por soluções técnicas econômicas e acessíveis aos ocupantes, como por exemplo um aterro adequado.

Quando são loteamentos nas suas duas formas, clandestino ou irregular, o loteador não providencia infraestrutura necessária para parcelamento, como estabelece a lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. O não cumprimento das determinações legais permite o barateamento do preço do lote e consequentemente as pessoas mais vulneráveis farão a compra.



Figura 23: Rua D2 (esquerda). Figura 24: Entrada do Assentamento, com placa da rua Gervasio Paz (direita). Fonte: autora 2021.

Como o terreno da ocupação São Sebastião é inclinado, existe o risco de deslizamentos. Risco reconhecido pelos moradores, que garantem ter reforçado a estrutura das suas moradias autoconstruídas.

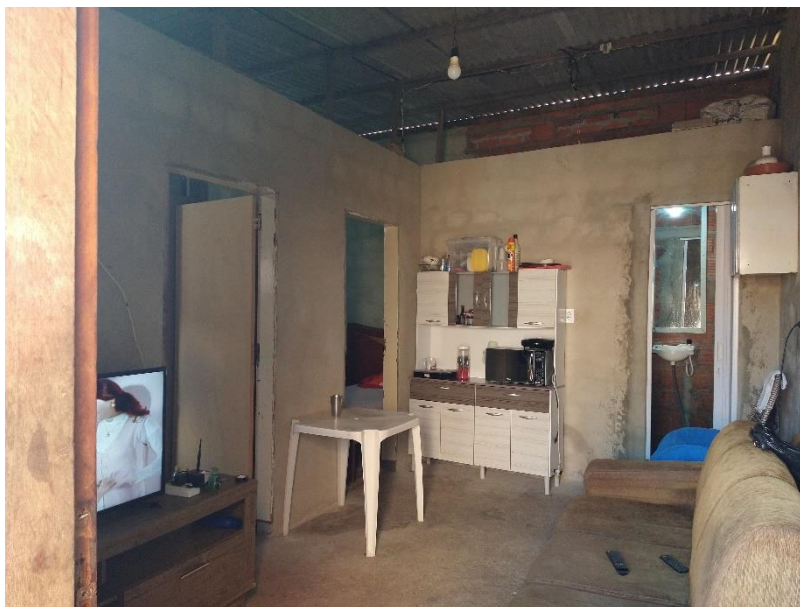


Figura 25: Moradia autoconstruída da dona Elenilson. Fonte: autora 2021.

Em uma única foto (fig. 25) é possível ver toda a casa, com poucos recursos. Foram construídos, no primeiro momento, dois quartos; um vão, que servia de sala e cozinha; e um banheiro. Ao passar do tempo, o espaço foi ficando pequeno, e o fogão e a geladeira foram para a parte externa da casa, em um espaço coberto apenas por algumas telhas. O sacrifício para comprar os materiais e construir tendo que garantir o sustento diário, é enorme, relata dona Elenilson.



Figura 26: Moradia autoconstruída do ocupante Jailton. Fonte: autora 2021.

A moradia da Fig. 26 permite observar o telhado mais baixo onde era o barraco inicialmente, com cobertura de telha de fibrocimento, com apoios improvisados e com espaço aberto, onde o fechamento é feito com lona. A moradia de Jailton foi construída por ele mesmo, de pouco em pouco, alternando entre seus serviços de soldador fora e os serviços para construção da casa. Com ajuda dos filhos e da esposa, alguns dos materiais de construção foram doados, como o caso de todo o alicerce feito com tijolinhos. A casa tem dois quartos, sala, cozinha, banheiro e quintal.

Segundo as entrevistas, e as observações de campo, essa situação representa um transtorno diário para toda a família. Dormir em quartos mínimos, ou mesmo em outros cômodos da casa, dividindo o espaço exíguo com outros membros da família, comprometendo a intimidade e sendo constantemente ameaçado pelas precariedades da construção que põem em risco os moradores. Os desafios principais são o calor, o frio, a chuva, os insetos; acordar sem água para higiene pessoal e preparo de alimentos; sair na lama, sem sapatos para procurar emprego e levar os filhos para escola abrem o dia. Quando se tem dinheiro para a passagem, espera-se por horas no ponto de ônibus. A oportunidade de trabalho representa mais comida na mesa, um calçado para os filhos e a possibilidade de ampliar mais um cômodo ou melhorar as condições de moradia, enquanto se espera pelas promessas dos agentes políticos.

Morar e ser da periferia, ser negro e/ou pobre representam para a cidade formal uma ameaça. É tido como marginal, bandido ou traficante. A polícia trata de forma hostil e violenta: pede documentos, revista com arrogância e grosseria. Mesmo que não sejam vistos, os membros das comunidades periféricas se sentem excluídos. O lugar de rico não é para pobre. A cidade formal e as oportunidades são para a elite. Restam os serviços braçais, domésticos e o setor informal. Como pode-se perceber, a questão da moradia de interesse social é maior que o déficit de habitação. Ela precisa ouvir a fala dos que vivem na periferia, dos que sofrem nela. Suas prioridades, suas demandas, seus desejos, afinal, são mais do que um número.

O que se evidencia com as entrevistas realizadas é que o sofrimento da população é grande e não será resolvido só com a promessa de implantação de infraestrutura urbana. Segundo a comunidade local, é difícil viver na periferia desassistida. A fragilidade estrutural das construções, a precariedade dos materiais, a falta de orientação técnica, de água, esgotamento sanitário, de área adequada para o desenvolvimento das atividades inerentes à moradia, entre tantas outras carências, acarretam problemas de segurança, conforto, iluminação e ventilação adequados e sobretudo dificuldades sanitárias físicas e mentais que não são levadas em consideração na elaboração dos planos habitacionais.

Outra questão que se pode observar nas entrelinhas das entrevistas é o sentimento de exclusão social marcado pela periferização, pela falta de transportes coletivo adequado, pela falta de equipamento sociais, pela falta de oportunidades de trabalho e, especialmente, pelas desigualdades imensas entre a cidade formal e a periferia. São desigualdades que são naturalizadas e se tornam barreiras intransponíveis, criando um imaginário coletivo de submissão à ordem perversa da exclusão social que transforma a moradia precária, a habitação periférica, um tormento, cuja solução não pode ser abordada de forma tecnocrática e burguesa.

CONCLUSÃO

A habitação de interesse social no Brasil há muito tempo é tida como um problema que precisa ser solucionado. Coexistem junto à esse tema o problema e o falso problema quando se observa o discurso de apenas um lado da sociedade. O falso problema da elite, de um lado, enxerga o pobre como marginal, perigoso, uma ameaça à sociedade. De outro, o lado da população excluída que precisa batalhar para sobreviver e ter um lugar no mundo. As elites não levam em conta a voz da população pobre e o quanto é sofrido o acesso à uma casa autoconstruída, em geral, edificada em áreas de mangues, distantes da malha urbana e sem infraestrutura, ou em encostas de morros. São moradias com péssimas condições de habitabilidade, insalubres, sem segurança e sem conforto.

Com poucos recursos, a casa da população pobre e excluída carece de janelas, de recuos, não existe ventilação nem instalações elétricas e hidro sanitárias adequadas. São construídas sem assistência técnica, utilizando materiais de pouca qualidade. A situação também permanece difícil quando se recebe uma unidade habitacional de programas de governo. Na maioria das vezes, são conjuntos localizados em locais sem infraestrutura urbana, longe das oportunidades que a cidade formal oferece, sem transporte público de qualidade, sem equipamentos sociais. O que faz com que muitas das famílias escolham as favelas para morar já que se localizam próximas aos locais de oferta de trabalho.

A vida desse segmento vulnerável da população é marcada por vielas percorridas todos os dias para ida ao trabalho, para prover o sustento de seus filhos e para aumentar aquele cômodo da casa na primeira oportunidade. Este é o verdadeiro problema da habitação de interesse social no Brasil: sofrimento, miséria, precariedade e especialmente falta de perspectiva.

É falso reduzir a questão da habitação da população pobre a uma demanda que se resume em um “número” calculado pelo IBGE, denominado de déficit habitacional. Na verdade, este número corresponde a um déficit criado pelo capitalismo que tem como lógica perversa o seu incremento e que o Estado, sobre o manto do direito à cidade, legitima, em última instância, a sua omissão. Conhecer a voz dos excluídos representa, portanto, ouvir sobre as condições habitacionais da população, cuja luta pela sobrevivência e um lugar que ocupam na cidade permitem retirar a cortina de fumaça que esconde os interesses escusos da elite dominante. Interesses que se manifestam por discursos que criam corpos dóceis e disciplinados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ronaldo. **Um breve histórico da evolução urbana em Aracaju**. Jornal do Dia, edição online, publicado em 22 de março de 2013. Disponível em: <http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=5025>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Aracaju tem 19 mil imóveis abandonados, aponta MP, 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/numero-de-imoveis-abandonados-ja-somam-19-000-em-aracaju-aponta-mp/>. Acesso em 12 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Aracaju vai receber R\$ 80 milhões pelo programa federal pró-moradia. Aracaju, 2021. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/aracaju-vai-receber-r80-milhoes-pelo-programa-federal-pro-moradia/>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Aracaju vai receber R\$ 80 milhões pelo programa federal Pró-Moradia, 2021. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/aracaju-vai-receber-r80-milhoes-pelo-programa-federal-pro-moradia/>. Acesso em 9 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Emurb dá 72h para comerciantes deixarem Rodovia dos Naufragos. Aracaju, 2018. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/emurb-da-72h-para-comerciantes-deixarem-rodovia-dos-naufragos/>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Famílias da Ocupação das Mangabeiras são levadas para casas alugadas, 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/prefeitura-retira-166-familias-da-ocupacao-das-mangabeiras/>. Acesso em 12 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Famílias terão que desocupar conjunto Vida Nova. Aracaju, 2017. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/familias-terao-que-desocupar-conjunto-vida-nova-2/>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Mais de mil casas devem ser construídas na invasão das Mangabeiras. Aracaju, 2019. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/mais-de-mil-casas-devem-ser-construidas-na-invasao-das-mangabeiras/>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Mangabeiras: cadastro vai identificar se famílias possuem moradias, 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/mangabeiras-cadastro-vai-identificar-se-familias-possuem-moradias>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: MPF ajuíza ação para garantir subsistência na área das mangabeiras, 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/mpf-ajuiza-acao-para-garantir-subsistencia-na-area-das-mangabeiras/>. Acesso em 9 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: PMA ainda não definiu terreno para famílias de ocupação. Aracaju, 2018. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/pma-ainda-nao-definiu-terreno-para-familias-de-ocupacao/>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: PMA regulariza pagamento do auxílio moradia. Aracaju, 2017. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/pma-regulariza-pagamento-do-auxilio-moradia-2/>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: População protesta contra paralisação de obras na Euclides Figueiredo, 2019. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/moradores-protestam-contra-paralisacao-de-obras-e-fecham-av-euclides/>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU. **Infonet**: Prefeito lança projeto “Agora Aracaju vai ficar limpa”. Aracaju, 2017. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/politica/prefeito-lanca-projeto-agora-aracaju-vai-ficar-limpa/>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARACAJU, **Agência Aracaju de Notícias**: Edvaldo e Katarina são empossados prefeito e vice-prefeita de Aracaju. 2021. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/88709>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ARACAJU, **Agência Aracaju de Notícias**: Novas obras do Programa de Requalificação Urbana estão em fase licitatória. Aracaju, 2021. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/89422>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ARACAJU, **Agência Aracaju de Notícias**: Prefeito assina ordem de serviço para o início da obra no Joel Nascimento. 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/84289>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ARACAJU, **Agência Aracaju de Notícias**: Prefeitura atua para gerenciar impactos do Programa de Requalificação Urbana. Aracaju, 2021. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/89405>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ARACAJU, **Agência Aracaju de Notícias**: Prefeito Edvaldo autoriza recuperação do corredor Hermes Fontes, 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/84303>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ARACAJU, **Agência Aracaju de Notícias**: Prefeito e ministro do Desenvolvimento Regional anunciam R\$: 80 milhões de investimentos para Aracaju, 2021. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/91347>. Acesso em: 9 jul. 2021.

ARACAJU. **Câmara Municipal de Aracaju Notícias**: Linda Brasil repudia despejo da Ocupação João Mulungu, 2021. Disponível em: <https://aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/linda-brasil-repudia-despejo-da-ocupacao-joao-mulungu>. Acesso em 9 jul. 2021.

ARACAJU. **F5 News**: PM faz reintegração de posse na ocupação João Mulungu, no centro de Aracaju, 2021. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/pm-faz-reintegracao-de-posse-na-ocupacao-joao-mulungu-no-centro-de-aracaju.html>. Acesso em 9 jul. 2021.

ARACAJU. **JL Política**: Edvaldo e André discutem melhorias para a Zona Norte de Aracaju, 2018. Disponível em: <https://www.jlpolitica.com.br/noticias/aracaju/edvaldo-e-andre-discutem-melhorias-para-a-zona-norte-de-aracaju?page=45>. Acesso em 9 jul. 2021.

ARACAJU. Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Aracaju – Produto II: Diagnóstico**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2010.

ARACAJU. Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Aracaju – Produto III: Plano e Estratégias de Ação**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2011.

ARACAJU. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Diagnóstico da Cidade de Aracaju. Relatório Final. Etapa 03**. Aracaju: PMA/SEPLOG, 2014.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro. Produção Social da Moradia: Um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 189-201, maio 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/25369693/PRODU%C3%87%C3%83O_SOCIAL_DA_MORADIA_UM_OLHAR SOBRE_O_PLANEJAMENTO_DA_HABITA%C3%87%C3%83O_DE_INTERESSE_SOCIAL_NO_BRASIL?email_work_card=reading-history>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

BALBIM, Renato. Os tons de cinza do Casa Verde e Amarela. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ed. agosto de 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/43994607/Os_tons_de_cinza_do_Casa_Verde_e_Amarela_Le_Monde_Diplomatique>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema**. In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

BRASIL, **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do solo e dá outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1979]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm. Acesso em: 11 jul. 2021

BRASIL, **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL, **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil**. In CARDOSO,

Adauto Lucio (org.) O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro, Letra Capital, p. 16-66, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/37209580/Do_fim_do_BNH_ao_Programa_Minha_Casa_Minha_Vida_25_anos_da_pol%C3%ADtica_habitacional_no_Brasil>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro, 1. ed., 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/37209540/Vinte_e_dois_anos_de_pol%C3%ADtica_habitacional_no_Brasil_da_euforia_%C3%A0_crise?email_work_card=view-paper>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

CARVALHO, Lygia. Nunes. **As Políticas Públicas de Localização da Habitação de Interesse Social induzindo a Expansão Urbana em Aracaju- SE**. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Disponível em: <www.academia.edu/download/33263826/Cidadeparapoucos_Proprietade_Urbana_Joaosette_r.pdf>. Acesso: em 16 de janeiro de 2021.

GRANDI, Matheus da Silveira; ALMEIDA, Rafael Gonçalves de; MOREIRA, Marianna Fernandes. **Habitação Social e Mobilizações Por Moradia No Brasil: Quadro Geral e Atualidade**. *Contested Cities Working Paper Series*, serie V *Políticas y luchas por la vivienda*, 2016-. ISSN 2341- 2755. Disponível em: <https://www.academia.edu/40830866/Habita%C3%A7%C3%A3o_social_e_mobiliza%C3%A7%C3%B5es_por_moradia_no_Brasil_quadro_geral_e_atualidade>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. **Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro**. In VALLADARES, Lícia Prado (org.) *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 5. ed. São Paulo, Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2015. 113 p.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação**. Versão para debates, Brasília, 2009. ISBN: 978-85-7958-002-4. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf> Acesso: em 11 de janeiro de 2021.

MOTTA, Luana Dias. **A Questão da Habitação no Brasil: políticas Públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Disponível em: <https://www.academia.edu/38451246/A_QUEST%C3%83O_DA_HABITA%C3%87%C3%92>

830_NO_BRASIL_POL%C3%8DTICAS_P%C3%9ABLICAS_CONFLITOS>. Acesso em: 30 de abril de 2021.

NOGUEIRA, Edvaldo. **Edvaldonogueira.com**: Mobilidade urbana sustentável e inteligente. Aracaju, 2020. Disponível em: <https://www.edvaldonogueira.com.br/ler/publicacao/noticias/edvaldo-propoe-avancar-na-mobilidade-urbana-sustentavel-e-inteligente>. Acesso em: 5 jul. 2021.

PAOLINELLI, Marina Sanders. **Neoliberalização do Estado na Política Habitacional e Disseminação da Casa Própria: retrospectiva crítica e busca por alternativas**. XV SIMPURB, Salvador, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/38516245/Neoliberaliza%C3%A7%C3%A3o_do_Estado_na_pol%C3%ADtica_habitacional_e_dissemina%C3%A7%C3%A3o_da_casa_pr%C3%B3pria_retrorspectiva_cr%C3%ADtica_e_busca_por_alternativas>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

PIOVEZANI, Carlos. **A voz do povo: uma longa história de discriminações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

PROPOSTA DE GOVERNO. TSE. **Divulgacandcontas**: Proposta de governo Edvaldo. Aracaju, 2016. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/SE/31054/2/260000002214/proposta_governo1471011754442.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

PROPOSTA DE GOVERNO. TSE. **Divulgacandcontas**: Proposta de governo Edvaldo. Aracaju, 2020. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/SE/31054/426/candidatos/408038/5_1600971505295.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

RABELO, Josevânia Nunes. **Sociabilidades e Enobrecimento: O Bairro Treze de Julho em Aracaju**. Tese (Mestrado) - UFS. Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Cristóvão-SE: 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6317/1/JOSEVANIA_NUNES_RABELO.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

SANTOS, Jadson de Jesus. **Estruturas socioambientais e os múltiplos espaços urbanos de Aracaju/SE**. Tese (Doutorado) - UFS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão-SE: 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11210/2/JADSON_JESUS_SANTOS.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

SMOLKA, Martim. **Regularização da Ocupação do Solo Urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução**. In FERNANDES, E. e ALFONSIN, B. (Coord.) *A Lei e a Ilegalidade na Produção do Espaço Urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SOUZA, Fernando Antônio Santos; OLIVEIRA, Carolina Costa Déda; SANTOS, Pedro Antônio Almeida. **A experiência recente do urbanismo e suas perspectivas**. V Enanparq, Salvador, 2018.

SOUZA, Fernando Antônio Santos; SANTOS, Pedro Antônio Almeida; MODESTO, Érica Andrade. **A questão e o pensamento sobre a habitação social no Brasil**. V Enanparq, Salvador, 2018.

SOUZA, Fernando Antônio Santos. **Um olhar sobre Aracaju em busca de um novo paradigma urbano**. In FRANÇA, Vera Lúcia Alves; FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira (org.) Aracaju: 150 anos de vida urbana. Aracaju: PMA, SEPLAN, 2005. 236 p.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. **Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular**. Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>. Disponível em: <https://www.academia.edu/44195178/O_governo_Temer_e_a_volta_do_neoliberalismo_no_Brasil_poss%C3%ADveis_consequ%C3%Aancias_na_habita%C3%A7%C3%A3o_popular?email_work_card=reading-history>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

VIDAL, Fernando Edmundo Chermont. **A produção informal da moradia no Brasil**. Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper117.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

APÊNDICE 1- TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM MORADORES DA OCUPAÇÃO SÃO SEBASTIÃO – ARACAJU/SE

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 01 – 03.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistada: Elenilsa, moradora e líder comunitária do assentamento São Sebastião, no bairro Cidade Nova, Aracaju/SE

Jéssica: Como foi que começou a ocupação, quem te falou sobre a ocupação?

Elenilsa: Olha a ocupação, ela assim... não foi algo planejado por mim, foi algo planejado por André conhecido na região como André Gigante, planejado por ele né. Quando foi no domingo 01 de maio, o pessoal começou a entrar aqui e ocupar o terreno isso já de tardezinha fim de tarde, chovendo, aí meu esposo veio aí entrou aqui e tudo, mas... já tinha ocupado assim a maior parte do terreno, mas conseguimos o nosso depois. Algumas pessoas que estavam a frente do movimento elas se encarregaram de passar esses terrenos cobrando, não cobraram muito, mas cobraram.

Jéssica: Fizeram um comércio né?

Elenilsa: Isso, fizeram um comércio. Elas estavam a frente, elas pegaram os terrenos inicialmente e passaram e venderam os terrenos, isso foi a parte triste da ocupação.

Jéssica: Qual ano de início?

Elenilsa: Estamos aqui há 5 anos, fizemos agora dia 1 de maio, 2016.

Jéssica: O grupo que iniciou a ocupação participava de algum movimento social?

Elenilsa: teve o... como é o nome... CSP Conlutas, que veio colocou bandeira aí né, inclusive, assim... as pessoas que trouxeram o movimento pra cá né e eles participaram o advogado Dr. Flaviano né estava à frente foi quem defendeu a gente na época que o prefeito que era então o prefeito João Alves Filho né, entrou com uma ação contra a gente junto a prefeitura. Que Daniela Fortes ela disse que tinha interesse em fazer uma clínica de recuperação nesse terreno.

Jéssica: Vocês moravam onde antes de vir para cá, como era essa moradia?

Elenilsa: Eu morava de aluguel aqui na rua A, uma rua que passa aqui na lateral né, morei, cheguei aqui com meu filho com 5 anos.

Jéssica: Quantos anos mora aqui no bairro?

Elenilsa: Eu nasci e me criei aqui na parte do Santos Dumont para cá, saí de lá de próximo do terminal da São Francisco de Assis e vim pra cá.

Jéssica: Essas pessoas, as primeiras pessoas que vieram pra cá, a Senhora disse que elas venderam seus lotes. Você tem conhecimento dessas pessoas, tem alguma que mora aqui ou elas continuam morando de aluguel? Tem alguém do movimento CSP Conlutas atualmente?

Elenilsa: Não. O que aconteceu foi o seguinte o pessoal do movimento né, do movimento mesmo não tem, as 2 pessoas que encabeçaram o movimento elas não moram aqui né... no caso

Gervasio e Gigante eles não moram aqui, Gervasio mora aqui no entorno ele tem casa ali embaixo.

Jéssica: E como foi o processo para construção, o terreno já estava demarcado, foi feito barraco como foi o início?

Elenilsa: Então nós fizemos um barraco, era um barraco de tábua né. Nós fizemos aí colocamos, puxemos um bico de luz e aí ele ficava aqui até a noite tomando conta.

Jéssica: Como é viver aqui quais as dificuldades ou facilidades, o que é bom e o que é ruim?

Elenilsa: O bom de morar aqui é você... é a concretização do sonho né, você ter o seu espaço, você saber que não vai chegar dia 30 você não vai pagar o aluguel. As dificuldades, a dificuldade foi vencer conseguir o posto hoje a gente tem um posto que atende a gente né... o José Quintiliano (Japãozinho). A falta de um endereço fixo porque ainda não temos água, luz, o comprovante de residência é a maior dificuldade. Ter um cano de água que a gente colocou clandestinamente pra dividir água para todo mundo são 120 famílias né e a gente tem que dividir essa água.

Jéssica: Em algum momento teve dificuldades com o endereço, comprovante de residência? Como é feito por exemplo o cadastro no posto de saúde, escola, para vaga de emprego etc.

Elenilsa: O endereço. A gente ter que, o CRAS. Aqui nós temos muitas pessoas que têm bolsa né, bolsa família, e o CRAS ele exige que você tenha um comprovante de residência um cartão de pasta família no posto de saúde, eu faço... e aí entra a minha parte eu faço uma declaração dizendo que aquela família reside aqui desde do dia 01 de maio de 2016. E essa declaração é aceita, nós fizemos um... é quando...

Jéssica: Então todas as pessoas que tinham bolsa família estão cadastradas?

Elenilsa: Estão cadastradas, estão recebendo né e ontem mesmo veio um rapaz que precisou de uma declaração para a APAC, que ele vai fazer uma cirurgia para retirada de um... (som externo) no braço que ele quebrou e ontem ele levou, quer dizer graças a Deus as coisas funcionam, estão funcionando.

Jéssica: Como é a relação com os vizinhos?

Elenilsa: A relação com a vizinha é muito boa é assim, cada, como eu digo sempre assim: olhe gente eu não vou na casa de ninguém, mas se vocês precisarem não hesitem em bater na minha porta, destá que o que eu puder fazer eu não vou deixar de fazer, eu vou fazer e nós vamos juntos pra qualquer coisa que precisar.

Jéssica: Existe alguma regra interna, algum regimento de comportamento, como funciona, vocês têm reuniões? As pessoas participam?

Elenilsa: Tem. Têm reuniões as pessoas participam, todas as coisas que nós vamos fazer nós temos um templo, o templo da igreja aqui dentro da associação da da... comunidade né, tem uma igreja ali, a igreja reino de Deus e a gente, nós tudo que nós vamos fazer nós nos reunimos lá né pra deliberar sobre o tomar decisões né o que vai acontecer, se podemos fazer se não podemos tudo nos reunimos lá.

Jéssica: E quanto a infraestrutura?

Elenilsa: Isso, e nos garantiu que antes de sair da prefeitura deixaria a calçada com rede de esgoto até aqui estamos esperando, ele não saiu ainda, por que você sabe que as coisas que é de

interesse social o cartório demora bastante né, é de interesse social, mas eles não têm interesse na sociedade.

Jéssica: Existe o medo de remoção ainda?

Elenilsa: Não, não tenho porque seria muito feio da parte dele (prefeito) né se chegasse pra gente depois de garantir, depois da procuradoria... e ficou assinado lá na frente da juíza que ele não tinha interesse em tirar a gente daqui, seria muito ridículo da parte dele se isso acontecesse.

Jéssica: Então a regularização seria algo mais palpável né?

Elenilsa: Isso, o palpável da coisa é transformar em ação em realidade né, segurar mesmo, porque ainda existem pessoas que perguntam. Eu digo gente pelo amor de Deus vai a fé, nós vamos ficar... seria assim muito feio da parte dele, um político que precisa do nosso voto.

Jéssica: Qual é a sua opinião quanto ao fato de você ter tido que ocupar um terreno como esse de praça ou algumas outras ocupações que estão em encostas, mangues etc, a necessidade de ocupar esses espaços para morar, como você ver isso?

Elenilsa: Eu acho que assim dentro daquilo que você... como diz a Constituição que todo mundo tem direitos né, a moradia, saúde eu acho que o Brasil peca muito... e aqui especificamente aqui em Sergipe peca muito quando diz assim em fazer valer essa questão, você tem que tomar no muque na força mesmo né, e só assim a gente consegue ter uma moradia.

Jéssica: Você acha que os políticos, as classes dominadoras escutam o povo e suas necessidades? Existe de fato uma preocupação com o povo?

Elenilsa: Eu não acredito na preocupação com o povo, é um fio de interessante, é um fio condutor eles se conduzem para a gente quando é necessário.

Jéssica: Seu voto nas eleições é consciente? Já vendeu ou trocou seu voto?

Elenilsa: Eu tenho um voto consciente e crítico, bom eu digo a você o seguinte, por questão de necessidade eu não vou dizer a você que não votei em André Moura e até seria ingrato da minha parte nesse momento.

Jéssica: Como a vizinhança aqui do entorno recebeu vocês?

Elenilsa: Olha esse foi o problema porque com Maracaju 1 e 2 nós tivemos problema, foram os que relutaram mais né para nós num... foram contra, fizeram um protesto e tudo, porque eles disseram que pagaram caro pelos terrenos e nós deixaria aqui uma favela.

Jéssica: Fale um pouco sobre sua casa e seu bairro, como foi a construção, como é morar aqui?

Elenilsa: Nós fizemos assim... a casa que eu moro hoje ela tem 2 quartos e uma sala que serve de tudo né, aí como ficou pequeno o fogão e a geladeira nós descemos, fizemos uma coberturazinha aqui na frente, embaixo desse lado (parte não construída da casa) e a dificuldade é aquela do assalariado que tem que trabalhar para comer e comprar material né... a gente tem que deixar aquele pouquinho, guardar... olhe trabalha o marido e a mulher, junta um pouquinho para guardar né. Aí guarda 2 meses, 3 meses aí paga a mão de obra ou guarda mais 2 meses, 3 meses daquele pedacinho compra um pouco de material né, aí espera juntar de novo e assim vai.

Jéssica: Tem filhos? Qual a composição familiar, quantas pessoas moram na casa?

Elenilsa: Eu, meu marido minhas... nós temos 3 filhos, só que o mais velho já está na casa dele, financiou uma lá em São Cristóvão é casado tem mulher e uma filha, aí aqui morando somos 4, eu o marido e as duas filhas.

Jéssica: E sua rotina, na semana fim de semana? você trabalha, estuda? Utiliza o transporte coletivo? Como é esse transporte?

Elenilsa: Na semana eu acordo as 5:30 AM. Levanto e vou trabalhar, já ele, ele sai 15 para as 5 da manhã ele sai, porque aí ele trabalha dia sim dia não, ele é porteiro né... aí eu chego 5:00 PM mais ou menos 4:30 PM, 5:00 PM eu tô em casa já, eu trabalho próximo ao Japãozinho no posto de saúde, sou auxiliar administrativa, as vezes eu venho andando mesmo e ele trabalha no Santa Lucia, minha rotina é essa. E final de semana é lavar, passar, fazer comida para deixar já, adiantar algumas coisas.

Jéssica: Quais os equipamentos de lazer que você usa, existem equipamentos de lazer aqui no bairro? E se sim qual(is)? (antes da pandemia)

Elenilsa: Não tem. Meu lazer a gente faz em casa mesmo, as vezes um liga o som, as vezes um faz um... assa uma carne, chama o vizinho, entendeu o lazer é esse.

Jéssica: E quanto a segurança?

Elenilsa: Passa ronda policial, não passa com frequência. Inclusive está tendo agora... esses dias meu marido mesmo foi assaltado levaram o celular dele foi terça-feira, fez 8 dias.

Jéssica: E quanto a atuação do poder público. Como você ver a atuação da prefeitura dentro do bairro/comunidade. Existe alguma promessa?

Elenilsa: No primeiro mandato ele garantiu a infraestrutura, que faria antes de sair, agora no segundo mandato não, porque estão fazendo rede de esgoto ao redor nos outros loteamentos e nós queríamos ser incluídos também.

Jéssica: Mas cadastro já tem?

Elenilsa: Cadastro já tem, já temos o cadastro, fomos lá na Emurb com Ferrari, olhamos tudo, sentamos é... e foi perguntando essa daqui ainda mora, eu digo mora, essa daqui não mora, essa daqui tá, essa daqui se separou do marido, mas permanece entendeu, fizemos esse trabalho lá.

Jéssica: Pronto, posso tirar umas fotos da sua casa?

Elenilsa: Pode sim, fique à vontade.

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 02 – 03.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistado: Jailton, ocupante da comunidade desde 2016.

Jéssica: Como é que você soube desse loteamento/ocupação aqui? Como tudo aconteceu?

Ocupante Jailton: Eu vinha passando e vi aquela ruma de gente, oh um terreno da prefeitura que está abandonado aí eu encostei, olhe pegue um pedaço de pau um arame cerque, olhei o terreno arrumei uma foice rocei, arrumei uns paus, passei o arame aí com poucos dias chegou

a polícia, a prefeitura e a gente saiu. Aí eles saíram, aí no outro dia a gente invadiu de novo isso no ano de 2016.

Jéssica: Mora neste local a quanto tempo? Como foi o processo de construção

Ocupante Jailton: Morando mesmo tem quase 4 anos, primeiro eu fiz um barraco de madeirite e lona cobre tudo e ficava vindo a noite e fim de semana para cá tomar conta.

Jéssica: Vocês moravam onde antes de vir para cá?

Ocupante Jailton: Morava de favor na casa da minha mãe, na casa da minha mãe sempre teve uma casa ao lado, outros filhos já moraram lá, já foi alugada também, mas desde de 2007 eu morava lá até vim de vez para cá.

Jéssica: Depois da primeira expulsão que vocês reocuparam, aconteceu alguma outra?

Ocupante Jailton: Teve mais duas.

Jéssica: Como foi?

Ocupante Jailton: Vieram as máquinas, polícia, aí tocamos fogo no pneu, não sai, não sai e nós não saímos.

Jéssica: Quando foi que vocês souberam que aqui iria ser de vocês? Ou pelo menos que não teria reintegração de posse.

Ocupante Jailton: A gente soube que aqui era para nós depois da terceira vez que já veio gente da prefeitura, veio vereador para aqui e apoiou a gente. Estiveram aqui o Valadares filho o 40, teve aqui o capitão Samuel, Laercio o dono da multiserv, ele apoiou e apoia a gente aqui.

Jéssica: Como é viver aqui? Quais as dificuldades ou facilidades? O que é bom, o que é ruim?

Ocupante Jailton: Rapaz aqui só é ruim só no transporte, negócio de transporte. Porque para pegar transporte aqui tem que descer lá pra avenida, terminal Maracaju, podia ter uma linha de ônibus por essa rua aqui ao lado (Tv. Benjamim Constat) ou por essa aqui de traz (rua C2).

Jéssica: Quem utiliza o transporte público?

Ocupante Jailton: Eu, a mulher, os meninos para ir pro colégio.

Jéssica: Em algum momento teve dificuldades com o endereço, comprovante de residência?

Ocupante Jailton: Aí a gente pega o endereço da outra rua, como eu tô falando da rua próxima do loteamento Maracaju e do pau ferro, aí fica mais perto, alguma correspondência alguma coisa assim.

Jéssica: E chega aqui se colocar a rua próxima?

Ocupante Jailton: é sim.

Jéssica: E quanto a posto de saúde, escola porque tudo isso precisa de comprovante de residência, como vocês estão fazendo para ter acesso a esse serviço?

Ocupante Jailton: Por enquanto agora negócio de colégio estão nos que estavam mesmo porque estão pelo celular né..., mas quando sair essa pandemia, como é que diz colégio aqui mais próximo é o daqui da Maracaju e aí não vai ter o comprovante para matricular, não tem o endereço. Aí no meu caso aqui com os meninos tem que pegar o comprovante de algum parente aqui próximo. E o posto de saúde que vamos é o da rua Santa Terezinha, eles recebem a gente lá mesmo sem o comprovante de residência só é dizer que é daqui da invasão eles atendem.

Jéssica: Como é sua relação com os vizinhos?

Ocupante Jailton: Eu, a minha relação com o vizinho é 10.

Jéssica: Existe alguma regra interna, algum regimento de comportamento, como funciona, vocês têm reuniões? As pessoas participam?

Ocupante Jailton: Quando tem alguma regra ela bota pelo grupo, aí a gente tem que seguir todo mundo, por exemplo se um vizinho está com uma energia que foi puxada do outro, aí o outro vai e corta, aí junta todo mundo e vem olhar e falar com o vizinho para ligar a energia do outro vizinho que aqui ninguém paga água nem energia aí é um ajudando o outro, aí não tem ninguém aqui que... não vou cortar a água ou energia de outro vizinho não tem isso, que todo mundo aqui é uma comunidade só, aí bota no grupo aí chega todo mundo e vai lá conversa com a pessoa e tem que ligar.

Jéssica: E como você ver a questão de regularizar, porque se regularizar vai passar a pagar água e energia.

Ocupante Jailton: Prefiro ligar mesmo tendo que pagar o importante é ter a casa tendo a casa para pagar água e energia se vim é bom também pra gente.

Jéssica: O terreno foi cedido, como que está a situação do terreno?

Ocupante Jailton: Pelo Laercio Oliveira ele garantiu que vai dar o recibo da gente aqui, que a gente não se preocupasse que aqui está garantido, a gente não perde mais não.

Jéssica: Existe o medo de remoção ainda?

Ocupante Jailton: Não. De sair não, nas 3 audiências a gente já ganhou já.

Jéssica: O que você acha de morar em um terreno que oficialmente era um terreno de praça, área verde de um outro loteamento, não era para ter moradias aqui era para ter um equipamento de uso comum, público. Como você se sente tendo que ocupar esse terreno para ter uma moradia?

Ocupante Jailton: Eu me sinto, no caso pelo tempo que eles tiveram o projeto que já receberam o dinheiro e não construíram eu me sinto bem, porque eles já pegaram o dinheiro, os recursos tudinho para fazer e não fizeram, para a gente que está tendo nossa casa é bem-vinda bem garantido, que a gente vai ficar com nossa casa própria. Que eu não teria de outra forma, porque é caro e nunca procurei saber como que faz para comprar uma casa, as parcelas e para saber o que precisava.

Jéssica: Já aconteceu deslizamento de terra aqui? Por que aqui é um terreno inclinado e classificado como área de risco geotécnico (que pode ocorrer deslizamentos).

Ocupante Jailton: Mas pelo jeito que estamos fazendo as casas aqui não tem problema nenhum de deslizamento.

Jéssica: Você sabe/sabia que o direito à moradia é garantido pela constituição?

Ocupante Jailton: Sabia

Jéssica: Você acha que os políticos, as classes dominadoras escutam o povo e suas necessidades?

Ocupante Jailton: Eles escutam quando tem gente que anda ali no meio deles também, político também que se mete no meio e se envolve com a gente aí eles têm conhecimento, se não for

assim... como que se diz de lá mesmo do gabinete eles dizem podem passar a máquina lá e derruba, quem quiser que se vire, vá para casa de parente, vá para de baixo da ponte, se não tiver um político no meio. O pobre em si não tem voz.

Jéssica: O seu voto é consciente?

Ocupante Jailton: Com certeza, agora aquele que garantiu o recibo da gente aqui eu votei e aí a gente não perdia a nossa moradia.

Jéssica: Quais são as dificuldades que vocês enfrentam atualmente?

Ocupante Jailton: Só com saneamento básico, rede de esgoto, pavimentação essas coisas.

Jéssica: Como a vizinhança recebeu vocês?

Ocupante Jailton: No primeiro momento, como é... criticaram pensando que era vagabundo que era os “pessoal” que vinha só para fazer ponto de droga, mas não quando viram que era tudo pai de família mãe de família aceitaram numa boa, hoje em dia eles entram todinho para cá, tanto de um loteamento como do outro, como do loteamento Maracaju como do Pau Ferro, todos entram aqui numa boa, como uma comunidade um loteamento legal ninguém diz aqui que é invasão ninguém disse que foi... é tudo normal.

Jéssica: Mas e vocês se sentem como uma invasão ou já se sentem inseridos no bairro?

Ocupante Jailton: Graças a Deus hoje a gente estamos como comunidade, nos vemos como partir do bairro aqui, invasão foi quando começou logo quando era tudo mato, cheio de jurema, agora aqui é um loteamento, vejo como um loteamento.

Jéssica: Como foi o processo para construir a casa, sair do barraco para o que tá hoje (alvenaria)?

Ocupante Jailton: Foi pedindo ajuda a parentes na mão de obra, fazendo bico ali aqui, juntava um dinheiro comprava um cimento, bloco fazia uma parte, fazia outra. E agora está assim coberta e uma casa que não molha mais.

Jéssica: De onde você morava antes para cá, era perto? Você se encaixa aqui no sentido de rotina de estar próximos de conhecidos, parentes amigos?

Ocupante Jailton: Não, a rotina ficou a mesma, não teve muito impacto que eu morava no Santos Dumont, aqui perto do Gbarbosa, é perto daqui mesma distância para trabalho, amigos tudo.

Jéssica: Qual é a composição familiar, tem filhos?

Ocupante Jailton: Eu tenho 5 filhos, mas comigo moram a mulher, meus dois filhos e 1 filho dela, aqui morando são 5 pessoas. A casa tem dois quartos, sala cozinha e banheiro.

Jéssica: E sua rotina, você trabalha, estuda?

Ocupante Jailton: É quando não tem serviço, eu fico em casa, sou autônomo, soldador, faço bico também na área de pedreiro. Quando fico em casa na semana ou fim de semana, fico ajeitando umas coisas no quintal, na casa pintando, meu lazer é ficar sentado mais os “colega” jogando dominozinho, se aparecer serviço eu paro de jogar e vou fazer o serviço ou ajudando um vizinho.

Jéssica: Existe aqui próximo equipamentos de lazer, tipo teatro, quadras esportivas?

Ocupante Jailton: Não. Aqui não, se quiser tem que ir lá pro Santos Dumont, pro 18 do Forte, aqui mesmo próximo não tem.

Jéssica: E quanto a atuação do poder público, 5 anos de ocupação né. Nesse tempo aconteceu alguma ação voltada para a comunidade aqui?

Ocupante Jailton: Não, até agora não, o que tem aqui a gente mesmo que organizou, todo mundo faz, uma reunião, olhe precisa disso, daquilo a gente mesmo que faz. Só aconteceu o cadastro, a prefeitura veio pegou o nome de todo mundo, colocou o número na porta e só isso.

Jéssica: E vocês não estão preocupados com a demora, tão procurando saber?

Ocupante Jailton: Os líderes eles estão caminhando procurando saber e qualquer novidade, algum aperto eles chamam todo mundo aí vamos pra sede ali, e debatemos o assunto, o que está acontecendo, ou o que vai acontecer, mas até agora nenhuma notícia sobre os avanços na ocupação.

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 03 – 03.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistada: Tatiane, ocupante da comunidade desde 2016.

Jéssica: Como é que você soube desse loteamento/ocupação aqui?

Ocupante Tatiane: Eu estava na casa da minha sogra e um colega da gente (Pablo) ligou dizendo que estava tendo... que eles estavam pegando um terreno, aí foi quando eu vim com meu marido de lá e quando eu cheguei aqui já tinha muitos lotes aqui já ocupado aí a gente só conseguiu esse aqui. Foi assim a gente chegou aí “falemo” com o organizador, que tinha um organizador aí ele marcou onde a gente ia pegar e botou os piquetes e saiu marcando.

Jéssica: Teve algum valor monetário por esse terreno?

Ocupante Tatiane: Não, só foi chegando e marcando mesmo ele estava dando justamente para quem não tinha residência, que é o certo.

Jéssica: Vocês moravam onde e como antes de vir para cá?

Ocupante Tatiane: A gente morava de aluguel numa rua ali atrás, aí depois a gente ficou apertado e foi para casa da minha sogra e ficamos morando com minha sogra 2 anos, aí morando com ela 2 anos aí foi quando esse colega da gente ligou.

Jéssica: E como foi o processo de construção até morar aqui de fato?

Ocupante Tatiane: A gente chegou aí “levantemos” praticamente um quartinho que era dividido para tudo, era o banheiro, quarto e sala ao mesmo.

Jéssica: Como é viver aqui? Quais as dificuldades ou facilidades? O que é bom, o que é ruim?

Ocupante Tatiane: Rapaz graças a Deus aqui até hoje eu não encontrei nenhuma dificuldade, a facilidade é porque aqui é melhor para trabalho do que o interior, eu morava no interior Tomar

do Geru, aí depois quando casei com ele fui morar com minha sogra e agora eu moro aqui, mas graças a Deus é melhor do que onde eu morava.

Jéssica: Em algum momento teve dificuldades com o endereço, comprovante de residência?

Ocupante Tatiane: Não, não. A única informação que a gente tem é a rua D2 que passa aqui do lado.

Jéssica: Você disse que não tem dificuldade com o endereço, como é feito por exemplo cadastro no posto de saúde?

Ocupante Tatiane: No posto de saúde, é tipo eles dão um papel, uma solicitação aí você chega no posto de saúde e dar o papel, aí diz que é uma solicitação da ocupação São Sebastião aí eles “é” obrigado a te atender, escola a mesma coisa e vaga de emprego damos o endereço mais próximo, por exemplo rua D2, nº 180, que é a casa da minha comadre. E aí eles vêm do mesmo jeito, instalação de internet tudo.

Jéssica: Como é sua relação com os vizinhos?

Ocupante Tatiane: Graças a Deus é boa não tenho inimizade com nenhum.

Jéssica: Existe alguma regra interna, algum regimento de comportamento, como funciona, vocês têm reuniões? As pessoas participam?

Ocupante Tatiane: Não, até hoje não existe regra nenhuma não, e as reuniões tinham antes da pandemia, agora não tem mais não, quando tinha era obrigatório ir.

Jéssica: O terreno, como que está a situação do terreno? Você sabe dizer?

Ocupante Tatiane: Até agora ele não me deu nenhuma informação não, a única coisa que ele diz é que já está na mão do prefeito e que só faltava o prefeito assinar.

Jéssica: Existe o medo de remoção ainda?

Ocupante Tatiane: Ele diz que não existe não, mas para mim... eu tenho medo, porque teve ocupação mais velha aí que chegaram e derrubaram entendeu..., mas para mim existe medo ainda.

Jéssica: E se isso acontecesse, se tivesse uma reintegração de posse, vocês iriam para onde?

Ocupante Tatiane: Eu Acredito que eu iria voltar a morar com minha sogra até arrumar um emprego para poder voltar para cá e alugar uma casa.

Jéssica: Você sabe o que era para ser esse terreno, a quem pertencia?

Ocupante Tatiane: Diz que era para ser uma praça, esse lugar mesmo aqui da minha casa era um buraco enorme, cabia uma pessoa em pé dentro. Terreno estava aqui abandonado e acontecendo muitos crimes.

Jéssica: Como você vê essa situação a prefeitura tem o terreno para fazer uma melhoria pro povo, não faz, deixa abandonado por anos e aí pessoas que precisam acabam ocupando.

Ocupante Tatiane: Isso eu acho que é mais que justo né, usar para morar do que tá aí abandonado.

Jéssica: Esse terreno é inclinado, existiu algum desligamento de terra, você tem medo que isso aconteça?

Ocupante Tatiane: Não, graças a Deus não tenho medo não, pelo menos a minha casa que é bem feita é toda na sapata e eu acho que nenhuma daqui corre esse risco não.

Jéssica: Você sabe/sabia que o direito à moradia é garantido pela constituição e para ter esse direito é preciso lutar? Como você entende isso?

Ocupante Tatiane: Sabia, sei disso sim. E entrar aqui no terreno tudo permanecer é muito complicado, mesmo sabendo que os terrenos tem que cumprir a função social, é um negócio que tem que mexer com advogado tudo, direto mexendo com papel, o cadastro já foi feito e tudo, mas sempre tem uma coisa... advogado já pediu cadastro 3 vezes, é uma luta não é fácil não ter esse direito.

Jéssica: Você acha que os políticos, as classes dominadoras escutam o povo e suas necessidades? Já sei que eles estiveram aqui no começo defendendo vocês e tal.

Ocupante Tatiane: Isso..., mas praticamente só para pedir voto, porque fala que vai resolver e depois some, eu creio que eles não ouviram a gente não, porque tipo assim eles “chega” no dia de pedir voto, mas depois some nem lembra quem é, e nem volta para nada, nem para perguntar se precisa de alguma coisa.

Jéssica: Quais são as dificuldades que vocês enfrentam atualmente?

Ocupante Tatiane: No momento não nenhuma.

Jéssica: Então vocês já sabiam de quem era o terreno quando ocuparam?

Ocupante Tatiane: Sim, sabia.

Jéssica: Como a vizinhança recebeu vocês?

Ocupante Tatiane: Eu achei que no começo houve comentários, mas que graças a Deus comigo não aconteceu não, que eles ficaram reclamando, reclamaram muito por causa da água que escorria daqui lá para baixo aí teve algumas reclamações, e agora mais não, graças a Deus não está tendo problema nenhum.

Jéssica: Fale um pouco sobre sua casa e seu bairro, como foi a construção, como é morar aqui, você se sente parte do bairro, comunidade?

Ocupante Tatiane: Eu me sinto inclusa aqui no bairro desde do primeiro dia que cheguei, tipo assim eu tenho aquela confiança, mas no fundo ainda dá aquele medo de perder, tipo eu fico imaginando se derrubarem aqui para onde eu vou, como será a minha vida de novo lá que eu não me acostumo mais lá, eu gosto muito daqui da minha casa, aqui pra mim eu tenho tudo. A construção foi difícil, estava gestante da minha menina, aí ter que carregar bloco, aí foi difícil, agora está quase finalizada sala, cozinha, quarto, só estamos crescendo lá para trás para fazer um quarto da menina.

Jéssica: Qual é a composição familiar?

Ocupante Tatiane: Eu, meu marido, minha filha, meu filho e o filho dele que eu crio. No caso 3 crianças e dois adultos.

Jéssica: E sua rotina, você trabalha, estuda? Utiliza o transporte coletivo? Como é esse transporte?

Ocupante Tatiane: Eu estudava, mas aí eu parei logo no começo... quando eu fui para a maternidade ter... aí eu parei, não utilizo transporte público, e aqui é difícil porque o ônibus não sobe aqui dentro das ruas, só passa lá na rua do terminal.

Jéssica: E fins de semana? Quais os equipamentos de lazer que você usa, existem equipamentos de lazer aqui no bairro? E se sim qual(is)? (antes da pandemia)

Ocupante Tatiane: Não por aqui não tem, único lugar que vou é a casa da minha mãe mesmo, aqui no Santos Dumont, para ir para um parque seria longe tipo parque da sementeira, aqui perto não tem nenhum assim não.

Jéssica: Ainda sobre equipamentos, escolas, posto de saúde ficam próximos daqui?

Ocupante Tatiane: Aqui é, pelo menos a escola aqui é perto é a escola Ministro Geraldo Barreto que os meninos estudam, lá para baixo, agora o posto de saúde que eu vou é lá perto da casa da minha mãe, lá no Tamandaré, e aí eu não uso o endereço daqui, aqui o posto é o perto do Tabajara.

Jéssica: E quanto a segurança?

Ocupante Tatiane: Passa viatura, no começo passava quando tínhamos malandro agora que prenderam metade, antes eles andavam muito aqui só que não mexia com ninguém, mas deixava as coisas deles aí, aqui nesse barraco aqui, mas foram embora, agora no momento não tem mais não.

Jéssica: E quanto a atuação do poder público. Tem alguma ação, alguma promessa do poder público?

Ocupante Tatiane: Até agora não, não prometeram nada, estamos aqui do jeito que começou sem infraestrutura sem nada, e eu preferiria regularizar logo, pagar água, energia que fosse para pelo menos ter um comprovante de endereço né.

Jéssica: O que esse lugar representa para você, como você se sente nesse lugar?

Ocupante Tatiane: Nesse lugar eu me sinto ótimo, meu nome é Tatiane Batista dos Santos, tenho 23 anos, dois filhos, casa e sou moradora aqui da ocupação desde de 2016.

Jéssica: Posso tirar fotos aqui da sua casa?

Ocupante Tatiane: Pode sim.

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 04 – 03.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistada: Ana, ocupante da comunidade desde 2016.

Jéssica: Como foi que vocês descobriram a ocupação aqui?

Ocupante Ana: Eu morava aqui embaixo, morava de aluguel, aí quando começou aqui a invasão uma amiga ligou para mim disse olhe estão invadindo aqui, isso eu estava na casa da minha tia na outra rua, aí ela disse suba, aí eu chamei meu marido e aí quando a gente chegou aqui estavam tudo com seu pedaço aí eu e agora, aí um rapaz disse eu vou dividir com você,

agora só tem um porém se eu dividir com você, você vai ter que dar um pedaço atrás para o rapaz, aí eu disse eu dou, aí a maioria aqui são 18 de cumprimento e a minha não, é só 12 a minha e a de minha mãe é 12, aí pronto foi quando eu cheguei aqui era cheio de jurema, muito espinho, aí limpamos, fizemos os barracos de plástico, para fazer comida para poder o povo começarem a construir.

Jéssica: E aí você fez sua casa está aqui desde então?

Ocupante Ana: O meu, com 15 dias eu fiz minha casa e fiquei até hoje, já tem 5 anos.

Jéssica: Vocês têm medo hoje em dia de remoção, de tipo pedirem o terreno e mandarem vocês saírem? Ou esse medo já passou?

Ocupante Ana: Não passou ainda porque nós ainda não estamos com os documentos, então ainda estamos com o receio até hoje porque eles falaram que iriam entregar e não entregaram ainda.

Jéssica: Foi difícil a construção da sua casa como foi?

Ocupante Ana: Foi mãos amigas, ajuda um ajuda o outro e assim foi, meu nome é Ana Cristina eu moro aqui já tem 5 anos, tenho 2 filhos um de 15 e outro de 6 anos, o de 6 anos já foi criado aqui, o de 15 quando eu vim para cá já era grandinho tinha 8 anos.

Jéssica: Como foi essa ocupação, quando você chegou aqui, como a vizinhança aqui ao redor recebeu vocês?

Ocupante Ana: Nos receberam mal, até na justiça colocaram, a gente. Tivemos que entrar com advogado, mas o advogado ele foi muito amigo, cobrou menos e todo mundo se reuniu para pagar o advogado, porque tava com essa ação né, essa turma de cá do loteamento contra nós que somos da invasão, então foi... foi bastante, uma batalha que graças a Deus vencemos que ainda tamos aqui né. Não sei até quando mas estamos aqui e prendendo que... com fé em deus por mais tempo.

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 05 – 03.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistada: Janete, ocupante da comunidade desde 2018.

Jéssica: A senhora também é ocupante daqui, não é?

Ocupante Janete: Eu sou ocupante já vai fazer 3 anos, eu comprei esse terreninho aqui, ela vendeu a parte para um colega dela ele não quis construir aí ele passou para mim aí eu comprei por R\$: 6 mil e construir minha casinha, tem 3 anos que mora aqui.

Jéssica: E antes a senhora morava onde, como?

Ocupante Janete: Morava de aluguel passava uma forma da p*.

Jéssica: E era difícil como era?

Ocupante Janete: Bem difícil, porque eu sou assalariada né, pagava R\$: 600,00 de aluguel, ficava sem nada minha sorte que meu filho trabalhava comigo e ele me ajudava, porque se eu fosse depender do meu salário passava fome, mas hoje graças à Deus estou aqui na minha casinha né.

Jéssica: Em algum momento da sua vida você já procurou comprar uma casa no mercado imobiliário?

Ocupante Janete: Eu utilizo o coletivo né, porque eu trabalho no Marcos Freire III (Socorro) aí eu tenho que usar coletivo todos os dias, vou andando até o terminal do Maracaju lá na avenida.

Jéssica: Como a senhora ver a ação do poder público, esse tempo que vocês moram aqui houve alguma ação para a comunidade aqui?

Ocupante Janete: Existiu, eles prometeram a permanência da gente e as obras, que iria ser antes da eleição e até agora nada, e nós tamos aí... à espera de que com fé em deus um dia eles entregarem a documentação da gente, das nossas casas para ficarmos mais seguro né, porque não tem segurança de nada ainda. Meu nome é Janete Alves dos Santos, sou solteira, tenho 4 filhos, natural de Aquidabã vivo aqui há 22 anos e estou bem satisfeita aqui em Aracaju.

Ocupante Janete: Não. Porque é difícil e caro, eu consegui esse aqui por R\$: 6 mil e construí foi ótimo para mim, é estreitazinha mas é comprida, dá para eu me esconder.

Jéssica: Eu gosto muito de falar de habitação social justamente porque as pessoas que mais precisam elas não têm condições de comprar uma habitação “formal” e por isso que eu quero falar desse tema.

Ocupante Janete: É porque são tantos papéis que a pessoa tem que ter, uma burocracia.

Jéssica: A senhora utiliza transporte público, como é o transporte público aqui?

Ocupante Janete: Eu utilizo o coletivo né, porque eu trabalho no Marcos Freire III (Socorro) aí eu tenho que usar coletivo todos os dias, vou andando até o terminal do Maracaju lá na avenida.

Jéssica: Como a senhora ver a ação do poder público, esse tempo que vocês moram aqui houve alguma ação para a comunidade aqui?

Ocupante Janete: Existiu, eles prometeram a permanência da gente e as obras, que iria ser antes da eleição e até agora nada, e nós tamos aí... à espera de que com fé em deus um dia eles entregarem a documentação da gente, das nossas casas para ficarmos mais seguro né, porque não tem segurança de nada ainda. Meu nome é Janete Alves dos Santos, sou solteira, tenho 4 filhos, natural de Aquidabã vivo aqui há 22 anos e estou bem satisfeita aqui em Aracaju.

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 06 – 03.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistada: Erica, ocupante da comunidade desde 2016.

Jéssica: Como é para você viver na ocupação, e a ação do poder público?

Ocupante Erica: É então assim... graças a Deus hoje nós alcançamos né, já são 5 anos aqui, estamos com a nossa casinha né, esperamos ter prosperidade, que o órgão, se aparecer possa tomar as providencias para dar as “documentação”, que é o que a gente vem esperando, só promessas e nada. Eu me chamo Erica, não tenho filhos, sou solteira e moro aqui também na ocupação.

Jéssica: Quanto a infraestrutura, se fosse para escolher vocês gostariam de ficar assim, ou pagar cota de luz, água, mas ter tudo regularizado certinho?

Ocupante Erica: Sim sim, a gente gostaria que legalizasse a energia e a água, até para ter o comprovante de residência, porque para o posto mesmo. O posto que arrumaram para a gente aqui foi lá para baixo, lá no Japãozinho.

Jéssica: Esse posto é longe é perto?

Ocupante Erica: Assim... eu acho longe, eu que sou nova imagine um idoso, então porque aqui antigamente era para ser aqui nesse terreno o posto de saúde, mas teve esse protocolo todo que era ali no Mazé Lucca, que teve o prédio abandonado, na Euclides, depois o posto ficou lá em frente ao Cabos e soldados. Então quando eu morava no loteamento meu posto era lá, depois que descobriram que eu passei a morar na invasão eu não pude ser mais atendida lá, até hoje eu não tenho posto, se eu precisar ir para um posto de saúde, eu vou para canto nenhum, vou ficar em casa, juntar dinheiro e ir para um particular.

Jéssica: Então vocês não estão usando o José Quintiliano?

Ocupante Erica: Não, de jeito nenhum.

Jéssica: A senhora mora aqui em frente, qual a casa? Foi difícil a construção, como foi?

Ocupante Erica: Sim. É essa casa em frente. Rapaz é aquele negócio né... material, obra, pedreiro tudo caro. Até para construir qualquer coisinha é difícil, para quem tem trabalho tá sendo difícil construir imagine para quem não tem, porque no meu caso eu não trabalho, eu dependo do bolsa família e do dinheiro do meu ex-marido que eu sou divorciada, aí quer dizer eu dependo desses dois dinheiros e aí como que constrói, aí tem que ser assim... tem um dinheirinho vai lá compra uma coisinha vai lá e faz, quando não tem... quando sobra ne, porque não vai deixar de comer para construir né.

Jéssica: Quando vocês chegaram aqui existiu algum político aqui na época?

Ocupante Erica: Vieram muitos, muitos vieram. Só promessa só promessas.

Jéssica: Vocês já têm cadastros na prefeitura né?

Ocupante Erica: Sim temos cadastro, a prefeitura veio. Colocaram o número nas casas tudo, mediram os terrenos, mediram as casas, fizeram a planta daqui a água até veio a Deso veio para colocar água, mas não colocou por motivo de que a gente ainda não estava cadastrado, não estava com o recibo da casa para poder ter o serviço, quem invadiu de primeiro não tem recibo nem nada, quem tem recibo é quem comprou né. Então os recibos das casas não temos, estamos esperando o prefeito assinar, porque já está nas mãos dele.

Jéssica: E aqui tem alguma dificuldade, o que é bom e o que é ruim aqui?

Ocupante Erica: Rapaz... aqui graças a Deus eu não achei dificuldade não, porque é perto do centro tem o terminal aqui que se você for para a zona sul você vai, se você perder um carro pode pegar qualquer um aqui que vai, eu não achei dificuldade não eu achei muita facilidade.

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 07 – 08.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistada: Edneide, moradora e líder comunitária do Joel Nascimento desde 2010.

Jéssica: A senhora é moradora do Joel?

Edneide: Eu sou moradora de Nascimento, né? Minha casa foi alugada para os peões da obra. E é isso aí, a gente está aí na esperança de que as coisas aconteçam, né? Estávamos na esperança. Hoje, graças a Deus, conseguimos o nosso objetivo com a ajuda do prefeito, com a ajuda de... na época teve também André Moura, né? Que conseguiu a verba federal para que isso viesse a acontecer, né? E sou líder comunitária a partir de novembro de 2010.

Jéssica: E um pouco antes... Como foi a sua história aqui no Joel? Tem quantos anos que a Senhora mora no Joel?

Edneide: Vinte e três (23) anos. O que acontece: tem um rapaz – que inclusive ele leva até o nome Joel Nascimento – então ele começou a fechar a maré, começou a colocar aterro, aterro, aterro. Todo mundo que chegava e achava um lugar ideal, achava um lugar bonito e começou a comprar os terrenos. Eu também fiz, comprava dele, entendeu? E tinha pessoas que já tinha comprado a ele aí agora queria vender e aí já comprava daquela pessoa que comprou ele primeiro, que foi a minha situação, entendeu? E nisso ele começou, né? E quando eu entrei aí não tinha ruas, não tinha água, não tinha luz.

Jéssica: Em 2015 aconteceu algumas demolições aqui no Joel, após esse fato ainda existiu o medo de perder as moradias?

Edneide: A gente nunca deixou de ter medo de perder não, porque a gente deitava e não sabia se ia acordar dentro da própria moradia. A gente nunca perdeu esse medo não. Agora pela prefeitura, existem umas demolições para poder dar espaço às aberturas das ruas e realmente ficar legalizado direitinho.

Jéssica: Como é viver lá? Como a Senhora pode descrever morar lá?

Edneide: Mulher, ali o Joel Nascimento é um lugar... Vamos pela a educação dos nossos filhos. Hoje eu tenho meu filho que tem 23 anos e tenho esse que tem 16 e a educação deles eu dei ali na beira da maré, num bairro periférico, a gente tem paz, tem tranquilidade, a gente sai, volta. O nosso medo, hoje, eu estou lhe sendo sincera, eu estou conversando você com toda a sinceridade do mundo. A nossa dúvida hoje é, depois que abriu essa rua aí eu digo a você, nós vamos perder nossa paz, sabe porquê? No Joel Nascimento, o único roubo que teve foi aqui no Siqueira Campos. Eles vieram pegando a via reta, direto passou pela condição do morro. Quando entrou que desceu a Rua Principal do Joel Nascimento ele pensou que lá no final já saía no Santos Dumont. Quando ele entrou o carro caiu, o vagabundo quase morre afogado e a polícia pegou todos. A única preocupação que eu tenho ali é agora com essa rua, né?

Jéssica: Quais as dificuldades e quais as facilidades, o que é bom e o que é ruim de morar no Joel?

Edneide: Mulher a dificuldade que a gente tem ali é, assim, emprego; é fortalecer mais o estudo; é uma creche. Como líder comunitária com um trabalho social sério que eu tenho, olha, eu entrego doações do Mesa Brasil já ajuda as famílias. Eu tenho uma escolinha de futebol, sou coordenador da pastoral da criança, a gente tem a quadrilha da terceira idade, entendeu? Isso deixa as coisas boas.

Jéssica: Como é a relação com a vizinhas?

Edneide: Tenho o trabalho social como já disse né? Então tem essa parte social da saúde, eu ajudo com medicamentos, encaminhamentos tem um contanto com a área da saúde, tem a da alimentação que é o Mesa Brasil, tem uma escolinha de futebol. Então essa relação de ajuda que eu gosto.

Jéssica: Então esse processo de regularização fundiária a promessa de dar a titularidade da casa, como a senhora ver isso?

Edneide: Mulher eu vou dizer a você, eu acredito que vai. Até porque ele não pode se comprometer com pessoas que não desiste e eu vou à luta. Eu vou para televisão, eu vou cobrar do prefeito. Se o povo não quiser ir comigo eu vou só, por eles, mas eu vou, entendeu?

Jéssica: Como a senhora vê essa ocupação? Em terreno de mangue, terreno de praça, terrenos impróprios para moradia, como a senhora se sente sabendo disso?

Edneide: Eu fiquei muito triste, mas o que foi que eu paralisei nesse momento: Aracaju todo é mangue, esses condomínios aí, o shopping está dentro do mangue. Porque que eu não vou lutar pelo pedaço de mangue que eu conquistei?

Jéssica: Você acha que os políticos da classe dominadora escutam a voz do povo e as necessidades do povo?

Edneide: Não, eles compram. Eles compram a palavra e compram o direito e o poder do povo.

Jéssica: Seu voto, nas eleições, é consciente?

Edneide: Mulher, ele sempre é consciente, até porque voto é vida, né? Tenho muito medo de eu errar, porque aí eu vou depois cobrar de mim mesmo.

Jéssica: Mas a sua casa, no caso, comprou o lote ou já comprou ela pronta?

Edneide: Minha casa já comprei ela pronta, lá no início dos anos 2000.

Jéssica: Qual é a sua composição familiar?

Edneide: Eu, meu filho, meu marido... e o outro meu filho já casou, tá na casa dele.

Jéssica: Como é sua rotina? Utiliza transporte coletivo? E como é o fornecimento de transporte público aqui?

Edneide: Utilizo ônibus mesmo, lotação.

Jéssica: E como é?

Edneide: Péssimo né? Oxe muito péssimo. Olha, as pessoas estão preocupada em deixar o trabalhador em casa... achando que a covid vai ficar lá na loja como fica dentro do ônibus cheio. Pelo amor de Deus, eles “deveria” estar olhando era isso, dentro dos ônibus,

terminal, entendeu? Agora é uma das coisas que eu queria que ele ajudasse e fizesse era os ônibus, entendeu? Porque a gente paga tão caro. Daqui para o centro é 15 minutos que você paga 4 reais, vai em pé.

Jéssica: Tem equipamentos, praça, quadra aqui próximo?

Edneide: Sim, tem no Bugio, mas no Joel Nascimento mesmo, ele não tem prioridade em nada disso, nada disso. Porque eu estou brigando para deixar uma praça ali, eu quero que coloque uns equipamentos de academia mesmo sendo de ferro, de pau, do que for lá e lá no fundo que vai sobrar terreno.

Jéssica: Quanto à segurança, eu li um relatório sobre isso que a senhora está falando, e nesse relatório da prefeitura foi dito que essa pequena entrada ela tinha dificuldade pra carro de polícia entrar, tinha dificuldade para ambulância, tinha dificuldade pra um monte de coisa. Eles falaram isso. O que a senhora diz?

Edneide: Mentira. Aí onde você chegou, o povo não foi ouvido, filha. Eles fizeram do jeito que eles quiseram. Eu não tenho que ter um argumento para poder um vereador mostrar que fez alguma coisa no Joel Nascimento, entendeu? E o argumento era o que? “Ah eu estou no poder eu me sento com o prefeito, me sento com o diretor do movimento e eu consigo”, mas ele não é morador. Como é que ele é ouvido e a gente não é? MENTIRA. Eu digo na cara de qualquer um, mulher. A rua passa 2 carro, 2 carros juntos, pelo amor de Deus.

Jéssica: Então nunca teve essa dificuldade?

Edneide: Nunca teve dificuldade nenhuma, muito pelo contrário.

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 08 – 08.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistada: Amilton, morador do Joel Nascimento há 10 anos.

Jéssica: Qual o nome do senhor?

Amilton: Amilton

Jéssica: Mora aqui há quanto tempo?

Amilton: Uns 9, 10 anos.

Jéssica: Como o senhor ver essa obra de infraestrutura aqui do Joel?

Amilton: Olha infelizmente quando começou, começou até bem, mas por enquanto que eu vejo essa situação que está aí cada vez mais que passa é aquela lentidez entendeu... começaram tudo mesmo, mas de repente começou a baixar, baixar quer dizer deixaram o serviço de fazer no verão para fazer agora no inverno aí no inverno agora que está fazendo o que, comendo o dinheiro e o serviço aí parado, porque chovendo não tem como fazer, como vai trabalhar

chovendo, mas infelizmente se eles quisessem já tinha terminado a tempo, mas infelizmente dinheiro é muito bom e o trabalho que era para ser feito tá aí olhe.

Jéssica: O prazo de conclusão era de 6 meses não era?

Amilton: Quando começou estava previsto para em 6 meses terminar a obra, 6 meses, já tem quase 2 anos, quase 2 e aí já, já vai chagar os 3 e nada do serviço terminar.

Jéssica: Uma equipe da prefeitura veio até as casas, fazendo cadastro e medindo as casas para a regularização fundiária, para dar as escrituras a cada um. Como o senhor ver, tá esperançoso por esse documento?

Amilton: assim eu acho eu acho que quando eu sei claro que eu vejo fazendo o serviço direitinho aí é que eu vou acreditar, porque esse negócio só de boca entendeu... palavras sem nada por escrito, só aquela presença daquele pessoal, não porque a prefeitura vai deixar todo mundo ok, tal, tal... porque aí você tá vendo o começo da obra como foi e agora como está, agora parou, imagine essa documentação. Só acredito quando eu ver, quando ver aí eu digo agora eu acredito.

Jéssica: Como é morar aqui, o senhor gosta de morar aqui no loteamento Joel Nascimento?

Amilton: Olha eu gosto, para ser sincero eu gosto do lugar, aqui pelo menos eu acho bem tranquilo, o ruim é porque você sabe vizinho ruim é a pior desgraça do mundo certo, e eu acho tem um bocado ardeado de mim... mas eu entrego a Deus um e fora a isso é bem tranquilo.

Jéssica: Sobre essa nova entrada para o loteamento, qual a sua opinião?

Amilton: Eu sei que o movimento aqui cresceu e vai crescer mais ainda quando terminarem, mas eu achei bom porque pelo menos ficou mais próximo para mim e para muita gente né. Porque uma entrada e saída só em um canto só ficava uma coisa muito horrível né pelo menos ter entrada e saída, diz que quando tiver pronto entra por um canto e sai pelo outro, um lado vai ser contra mão parece, mas espero que tudo seja terminado, seja feito o serviço. Vamos nos apegar com Deus para que tudo saia bem. Agora também só vou acreditar depois que fizerem, quando terminar o serviço, aí eu digo, agora tá feito, enquanto isso eu estou desacreditado em tudo praticamente.

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 09 – 08.06.2021

Autora: Jéssica Rodrigues.

Entrevistada: Márcio, morador do Joel Nascimento há 17 anos.

Jéssica: Qual o nome do senhor?

Márcio: Márcio

Jéssica: O senhor mora aqui tem quantos anos?

Márcio: Rapaz... uns 17 anos.

Jéssica: Pode falar um pouquinho sobre a sua história aqui loteamento Joel Nascimento?

Márcio: Comprei esse terreno aqui na época, foi financiado dei uma entrada de R\$ 500,00 reais fiquei pagando prestação de R\$: 250,00, fiquei pagando durante um tempo aí terminei, comecei a construir, eu mesmo construí... comprei a Joel o senhor que leva o nome do loteamento era o dono aqui. E aí tô morando até hoje, graças a Edneide também que lutou aí... e a gente tá aqui nessa luta aqui.

Jéssica: E essa recente infraestrutura, qual a sua opinião?

Márcio: Rapaz... essa obra é boa, como a gente estava aqui na lama, era merda no meio da rua, graças a Deus se terminasse assim tava ótimo, tava bom até demais, se terminasse a obra assim.

Jéssica: O senhor mora aqui mesmo nessa rua?

Márcio: É sim.

Jéssica: E a demora para finalizar não incomoda?

Márcio: Para mim é tranquilo, a demora foi quando a gente lutou para permanecer aqui na área, uma luta aí de 16 anos.

Jéssica: Uma equipe da prefeitura veio até as casas, fazendo cadastro e medindo as casas para a regularização fundiária, para dar as escrituras a cada um. Como o senhor ver, tá esperançoso por esse documento?

Márcio: Rapaz... eles mediram minha casa sim, mas eu não acredito não nesse documento, quando, se eu precisar vender minha casa vai ser por recibo como quando comprei o terreno... porque essa escritura aí eu não acredito não.

Jéssica: E sobre essa nova entrada?

Márcio: Ficou boa.

Jéssica: Como é viver aqui?

Márcio: Aqui é tranquilo mesmo, aqui é bom pra caramba, tranquilo mesmo.

FIM DA ENTREVISTA